

ELIANI APARECIDA MARSON

**ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO
ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Regional no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Msc. Terezinha Sandri

CURITIBA

2007

A minha família pela compreensão, carinho e amor

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo de bom que tem me concedido.

A minha orientadora Msc. Terezinha Sandri pelo estímulo, consideração e orientação no desenvolvimento deste trabalho.

Aos membros do Grupo Gestor do Território Nordeste, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, por ter proporcionado a oportunidade de participar deste curso.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
SUMÁRIO.....	iv
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	v
LISTA DE SIGLAS E NOMENCLATURAS.....	vi
RESUMO.....	vii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	4
2.1 UM NOVO ENFOQUE PARA O DESENVOLVIMENTO.....	4
2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	8
2.3 TERRITÓRIO.....	13
2.4 CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL.....	15
2.5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	16
2.5.1 Metodologia participativa.....	18
2.6 GESTÃO SOCIAL.....	20
3 MATERIAL E METÓDOS.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	25
4.2 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO E RESULTADOS.....	30
4.2.1 Estratégia de ação e metodologia.....	30
4.2.2 Participação dos atores no processo.....	37
4.2.3 Prioridades e resultados esperados.....	40
4.2.4 Resultados alcançados no território.....	45
4.2.4.1 Organização para gestão social.....	45
4.2.4.2 Projetos e parcerias.....	50
4.2.4.3 Consolidação do território pelo CEDRAF.....	51
4.2.5 Entraves do processo e sugestões para melhorar os trabalhos.....	52
5 CONCLUSÕES.....	53
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXOS.....	59

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Localização Território Nordeste.....	26
FIGURA 2	Organograma Gestão Social do Território Nordeste.....	46
FOTO 1	Reunião realizada com a comunidade Campina S.J.Serra.....	32
FOTO 2	Dinâmica Quebra Cabeça aplicada nas reuniões	34
FOTO 3	Desafios identificados na Comunidade Caratuva S.J. Serra.....	41
FOTO 4	Ranking de prioridades do Território Nordeste.....	46
GRÁFICO 1	Nível de participação das pessoas no processo.....	39
GRÁFICO 2	Motivo que levou as pessoas a participarem do processo...	40
GRÁFICO 3	Nível de participação, desempenho do grupo Gestor e participação dos membros do Grupo Gestor nos municípios.....	48
QUADRO 1	Extensão Territorial.....	25
QUADRO 2	População dos municípios.....	27
QUADRO 3	Indicadores sócios econômicos do Território.....	28
QUADRO 4	Ações desenvolvidas no território.....	31
QUADRO 5	Pessoas envolvidas nas comunidades rurais e urbanas.....	33
QUADRO 6	Agenda reuniões realizadas nas comunidades.....	36
QUADRO 7	Instituições, entidades e organizações envolvidas.....	37
QUADRO 8	Comunidades envolvidas no Território.....	38
QUADRO 9	Prioridades dos municípios do Território.....	42
QUADRO 10	Composição do Grupo Gestor do Território Nordeste.....	47

LISTA DE SIGLAS E NOMENCLATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
CMD	Conselho Municipal de Desenvolvimento
CONFEPAR	Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária
FAEP	Federação da Agricultura do Estado Paraná
FFALM	Faculdade Luiz Meneghel
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice Desenvolvimento Humano Municipal
INPA	Intervenção participativa dos Atores
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério Desenvolvimento Agrário
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
SDT	Secretaria Desenvolvimento Territorial
SEFA	Secretaria Estado da Fazenda do Paraná

RESUMO

A constituição de territórios, representa uma estratégia importante para o desenvolvimento regional. Este estudo apresenta uma análise do processo de constituição do Território Nordeste do Estado do Paraná, composto por dez pequenos municípios com fortes características rurais. O presente trabalho utilizou como método de pesquisa o estudo de caso descritivo. Os dados foram obtidos no período de setembro de 2003 a maio de 2007. O processo de constituição foi participativo e contou com o envolvimento de diversos atores. As prioridades do território foram identificadas a partir das potencialidades e desafios das comunidades. Pelo trabalho foi possível concluir que a metodologia utilizada criou oportunidades para que as pessoas pudessem discutir e dar suas opiniões sobre as propostas de desenvolvimento do território. A estratégia de ação utilizada foi flexível e dinâmica durante todo o processo. Constatou-se que há necessidade de maiores investimentos na formação e fortalecimento do capital humano e social do território. A presença de uma instituição mobilizadora e articuladora facilita o processo. O modelo de gestão adotado pelo território permite igualdade de direitos à sociedade civil e poder público na tomada de decisões. Ficou evidenciado que representantes do poder executivo ainda não estão habituados a discutirem propostas no âmbito territorial. O nível de participação das pessoas no processo foi considerado como forte.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, território, participação, metodologia, capital humano e social.

1 INTRODUÇÃO

A constituição de territórios, através da integração de municípios com características semelhantes, na busca de soluções comuns para seus problemas, representa uma estratégia importante para o desenvolvimento regional.

Este estudo tem por objetivo analisar o processo de constituição do Território Nordeste do Estado do Paraná, relacionando com a temática do Desenvolvimento Local e Regional. A área geográfica do Território abrange dez pequenos municípios com fortes características rurais, que se articulam nesse processo há quatro anos. A análise das diferentes fases possibilitou encontrar elementos que podem assessorar a continuidade dos trabalhos a serem desenvolvidos no território.

Em regiões com elevado grau de pobreza e desigualdade social, a busca de alternativas que estimulem o processo desenvolvimento é uma necessidade.

Nos últimos anos, os governos têm lançado mão de políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Nesse enfoque, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, têm se utilizado da estratégia de intervenção através do apoio aos projetos territoriais¹. Esse fato contribuiu para o aparecimento de várias iniciativas de organização em “Territórios”. Busca-se organizar municípios com características semelhantes, com a finalidade de potencializar os recursos, através de projetos coletivos para alavancar o desenvolvimento.

“No Brasil existem 118 territórios apoiados pelo MDA, envolvendo 1.846 municípios”. (http://serv-sdt-1.mda.gov.br/temp/TRs_outubro_2006.pdf). O Paraná consolidou junto ao Ministério cinco territórios, até o final do ano de 2006.

Observa-se que na maioria dos municípios não existe uma consciência por parte dos governantes e da sociedade de que muitos dos problemas de ordem econômica, social e ambiental enfrentados exigem soluções conjuntas. Os mesmos são vistos como se fossem apenas um problema localizado de cada município. Acaba-se perdendo muitas oportunidades de solucioná-los de forma integrada.

São poucas as organizações e instituições que articulam os diferentes segmentos da sociedade em nível territorial. Para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial é fundamental a atuação de animadores e articuladores no processo. Estes desenvolvem papel importante no planejamento das ações.

A participação popular ainda é um desafio no País. Por isso torna-se necessário criar mecanismos que possibilitem a participação dos diversos segmentos da sociedade em todas as fases do processo de constituição de um território. O planejamento das ações a serem desenvolvidas no decorrer do processo deve prever estratégias que sensibilizem e estimulem os diversos atores sociais e também propor às comunidades uma análise sobre os problemas regionais, implementando ações para resolvê-los.

A participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas locais também é importante para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento compartilhado de pertinência a uma comunidade territorialmente localizada. Portanto a estratégia de desenvolvimento territorial deve prever ações visando ao fortalecimento do capital humano, ao do capital social e ao dos governos locais, através da cooperação e da construção de parcerias. A identidade regional, assim como o capital social, deve ser entendida como algo que pode ser construído ao longo do tempo.

Esta pesquisa parte do princípio de que o crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente para promover o desenvolvimento. Além de trabalho e renda, é preciso que todos desfrutem de uma vida longa e saudável, tenham uma educação adequada, ou seja, a proposta visa à geração de riquezas com melhoria na qualidade de vida. O modelo de desenvolvimento que se preconiza deve estar sustentado nas dimensões econômica, social, cultural, política, ambiental e humana. As populações afetadas pelas condições de pobreza precisam recuperar a auto-estima e a autoconfiança para sentirem-se parte integrante do processo.

Embora os indicadores tenham mostrado indícios de melhora no desenvolvimento do País, muitas regiões apresentam elevados índices de pobreza. De acordo com o IPARDES (2003a, p.4), “o Estado do Paraná ocupa o 6º lugar no

¹ Os projetos territoriais podem focar tanto uma região maior como também se constituir em projetos de abrangência microrregional ou municipal.

ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000 – IDH-M, porém 72% dos municípios paranaenses têm IDH-M inferior ao do Brasil”.

“A população rural do estado apresenta a maior precariedade, residindo a maioria (71%), em municípios com os menores índices de desenvolvimento humano. Em termos de distribuição, 33% da população paranaense vivem em municípios com IDH-M inferior ao do Brasil.” (IPARDES, 2003b, p.6 -32).

No Estado do Paraná, 40,85% dos municípios apresentaram evasão populacional no período entre 1991/2000, todos esses têm IDH-M inferiores ao Índice do Brasil, de acordo com o IPARDES (2003).

Em função da pouca oferta de serviços e dos problemas enfrentados no meio rural, como dificuldade de acesso à saúde e educação, a maioria dos municípios tem enfrentado um processo de êxodo rural intenso nas últimas décadas.

Todos os municípios que estão inseridos neste estudo possuem IDH-M menor que a média do Estado e do Brasil. Tornam-se necessárias ações integradoras visando à solução de problemas que são comuns entre os mesmos. No entanto a proposta de desenvolvimento deve ser incorporada tanto pela sociedade civil como pelos gestores públicos, conforme propõe o MDA:

“A implementação de uma estratégia integradora e democrática das ações voltadas ao desenvolvimento territorial só será possível se esse processo contar com o pleno envolvimento das diversas forças sociais existentes nos municípios, tanto das instituições governamentais quanto das organizações da sociedade civil, em todas as etapas do ciclo de planejamento e gestão social do desenvolvimento”. (MDA/SDT, 2005d, p.14)

A análise do processo de constituição do Território Nordeste do Estado do Paraná tem como objetivos:

- a) Identificar os atores, e o motivo que os levou a participarem do processo de constituição do Território Nordeste do Paraná.
- b) Apresentar a estratégia de ação, a metodologia utilizada e os principais entraves ocorridos no decorrer dos trabalhos desenvolvidos no Território Nordeste.
- c) Relacionar as prioridades e os resultados alcançados no território.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 UM NOVO ENFOQUE PARA O DESENVOLVIMENTO

As discussões em torno do desenvolvimento nos últimos anos vêm apresentando novos elementos que vão além do conceito de desenvolvimento entendido como crescimento econômico, buscando superar os crescentes desafios ambientais e sociais.

Diversos fatores levaram os governos, não só no Brasil como também em muitos outros países, a repensar seus planos para o desenvolvimento. Entre os principais fatores destaca-se a evidência de que o elevado crescimento econômico não tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Ao contrário do que se poderia esperar, houve um crescente aumento no número de pessoas pobres em decorrência da falta de igualdade de oportunidades para a população. Destaca-se, por exemplo, a ocupação do Brasil em décimo lugar entre os países com maior índice de desigualdade, numa lista de 126 países, segundo relatório de 2006 do PNUD. Segundo o relatório, o Brasil somente está melhor que Colômbia, Haiti e seis países da África Subsaariana.

(www3.fiemg.com.br/cidadania/content/noticia/lst_noticia.asp?nCodNoticia=1033)

A sociedade civil, por sua vez, vem assumindo gradativamente seu importante papel, questionando e propondo alternativas para o desenvolvimento sustentável. Os motivos mais fortes para as críticas é a agressão ao meio ambiente e a exclusão social.

Em função disso, novos temas são discutidos que levam a desenhar novas estratégias com o objetivo de alcançar um desenvolvimento com maior sustentabilidade. Significa não deixar de buscar o crescimento econômico, porém que tenha, ao mesmo tempo, preocupação com a conservação ambiental e a participação social.

Nas últimas décadas, muitas políticas públicas foram criadas visando o desenvolvimento. Entretanto a maioria delas, na prática, focava somente ao crescimento econômico, que nem sempre levou ao desenvolvimento, pois enquanto

o Brasil é a 10ª maior economia mundial, por outro lado possui uma das maiores concentrações de renda do mundo.

Pode-se observar, no decorrer do século XX, que diversas estratégias foram utilizadas para buscar o desenvolvimento do país, conforme afirma ARNS:

Nos anos 50 e 60, o capital físico e a infra-estrutura eram considerados a principal via para o desenvolvimento. Nos anos 70, houve a conscientização de que o capital físico não era suficiente e a promoção da saúde e educação foi reconhecida como importante. Nos anos 80, após a crise da dívida e da recessão global, a ênfase passou a ser dada à gestão econômica. Já nos anos 90, os governos passaram a ocupar o centro dos debates, mas como responsáveis pela estabilidade e ajuste fiscal. (ARNS et al, www.pnud.org.br)

ROLIM (2006, Texto 3, p.1) cita que, no passado, quando se falava de desenvolvimento, predominava a idéia da dimensão econômica, enquanto que o Programa das Nações Unidas traz uma nova proposta: “A partir do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é oficialmente assumida pelas Nações Unidas uma nova conceituação de desenvolvimento: o desenvolvimento centrado na pessoa humana e tendo como indicador sintético o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH.”

O crescimento econômico de um país, de uma região ou município é importante dentro do processo de desenvolvimento, mas são necessárias políticas que permitam uma justa distribuição dessa renda, para que todos tenham acesso e não fique concentrada nas mãos de poucos.

Em uma sociedade, onde predominam as desigualdades sociais, as pessoas mais pobres acabam sendo excluídas. São necessárias estratégias que busquem promover o desenvolvimento humano, ou seja, permitir que as pessoas tenham mais oportunidade de escolha e acesso à educação e saúde de qualidade. Para SEN (2000, p.10-26) “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.”

Para NUNES (2003, p. 21), “O desenvolvimento está em função do alargamento das opções das pessoas. Entretanto as opções de escolhas estão diretamente ligadas com as relações de poder existentes na sociedade. Ou seja,

uma pessoa ou um grupo social que possui poucas condições de intervir na sociedade ou participar de seus benefícios possuirá poucas opções de escolhas.”

Conforme as afirmações acima, o desenvolvimento é um processo dinâmico, que implica em mudanças e melhoria da qualidade de vida da população, permitindo que as pessoas tenham aumento de renda, acesso à educação, saúde, ao lazer, ou seja, tenham uma condição de vida mais digna, sem precisar de programas assistencialistas do governo para sobreviver.

“De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, divulgado pelo PNUD, o índice de desenvolvimento humano do Brasil melhorou, no entanto recuou uma posição no ranking mundial de desenvolvimento humano, caiu de 68º para 69º numa lista de 177 países.” (PNUD, 2006) Disponível em (http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2006/rdh2006_IDH.pdf), acesso em 12 mar.2007.

O Índice de Desenvolvimento Humano é elaborado com base nos indicadores de educação, incluindo alfabetização e taxa de frequência escolar, longevidade e renda da população.

De acordo com PERICO e RIBERO (2005, p.72), a pobreza é um indicador de que foram utilizadas estratégias que não levaram ao desenvolvimento:

A pobreza é a justa medida com que se podem avaliar os resultados de uma estratégia de desenvolvimento. Indica plenamente a incapacidade de cumprir as metas de bem-estar e progresso que estão sob qualquer estratégia política de organização social. Em outros termos, a pobreza não é um problema dos pobres, mas sim um problema da organização social que questiona e limita a possibilidade de ganho social.

Uma proposta de desenvolvimento deve ser construída a partir da integração dos diversos fatores: econômico, social e ambiental. A introdução do componente ambiental é extremamente importante, pois é preciso pensar na melhoria da qualidade de vida das pessoas hoje, sem esquecer das futuras gerações. Devem buscar alternativas que levem ao crescimento econômico sem degradar o meio ambiente, isto é, alternativas de desenvolvimento sustentável, conforme afirma COMISSÃO:

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de

atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (COMISSÃO, 1988, p.46).

Atualmente, a preocupação com os impactos sociais e ambientais é crescente. O meio ambiente tornou-se uma dimensão de vital importância para o planeta ao lado da dimensão social:

“A tônica principal para tornar o desenvolvimento local sustentável é incorporar a variável social, isto é, que se busque em primeiro lugar a sustentabilidade das pessoas, das comunidades.” (OSÓRIO e PINZON, www.pnud.org.br).

Vale ressaltar que na discussão para o desenvolvimento sustentável deve se estabelecer uma interação entre as dimensões social, político-institucional, econômica e ambiental, formulando estratégias ajustadas à realidade e que permitam potencializar a base produtiva da região.

A dimensão econômica visa ao fortalecimento da economia local, geração de emprego e renda. Outra dimensão importante é a social que busca valorizar os valores e a identidade das pessoas que residem no território na construção de um projeto conjunto. Trata da ampliação dos espaços de participação dos cidadãos e cidadãs.

SEPÚLVEDA (2005, p.46-53) cita as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável:

Dimensão Social – Agrega atores do desenvolvimento, com especial ênfase, em primeiro plano, às diversas formas de organização e de participação nos processos de tomada de decisões e à organização dos diversos grupos de interesses, formados em torno das necessidades percebidas como comuns. Refere-se ao conjunto de relações sociais e econômicas que se estabelecem em qualquer sociedade.

Dimensão Político-Institucional – Considera a estrutura e o funcionamento do sistema político no âmbito nacional, regional ou local. Assim também é o nicho onde se negociam posições e se tomam decisões sobre o rumo que se deseja dar ao processo de desenvolvimento econômico.

Dimensão Econômica – Relaciona-se com a capacidade produtiva e com o potencial econômico das regiões e das microrregiões.

Dimensão Ambiental – Qualquer atividade produtiva que se promova deve adequar-se a um conjunto de parâmetros que assegurem o manejo racional e integral do estoque de recursos naturais e do meio ambiente.

Para que o desenvolvimento proposto de acordo com os conceitos apresentados se torne realidade, são necessárias estratégias que mobilizem tanto os setores públicos quanto a sociedade civil, construindo projetos coletivos. O apoio

governamental deve ser priorizado nos territórios que apresentam os menores índices de desenvolvimento.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir de 2003, o governo federal tem dado especial atenção ao desenvolvimento territorial, sendo uma das estratégias adotadas para a redução da pobreza, combate à exclusão social e diminuição das desigualdades sociais. Este enfoque passou a orientar as políticas públicas de vários ministérios, especialmente o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT.

A abordagem territorial também é uma das diretrizes do governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e de seu vinculado Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

O tema “desenvolvimento territorial” vem sendo muito discutido e com uma importância crescente, buscando novos rumos e alternativas que promovam o desenvolvimento, com base na participação da sociedade, com mais igualdade e sustentabilidade.

O desenvolvimento territorial é uma estratégia, em que as pessoas de um determinado território, através da participação, promovem um processo de mudança levando em consideração suas potencialidades e vocações.

“Desenvolvimento territorial ocorre a partir de uma mobilização intencional dos atores ² de um lugar, a partir de seus recursos endógenos³, especialmente capital humano e social, construindo um projeto coletivo de desenvolvimento,

² Atores são os indivíduos participantes, os sujeitos das ações, os protagonistas. Às vezes pode ser uma entidade, porém, que não represente interesses sociais. Por sua vez, atores sociais é uma categoria de análise, constituída de grupos de interesses que podem ser considerados, com algumas limitações, homogêneos, de acordo com a classe social a que pertence, possuem identidade e visão de mundo própria, intervindo na sociedade, ativa ou passivamente, na defesa de seus interesses econômicos, políticos e sociais. Esses atores são as instituições públicas e privadas, os partidos políticos e as organizações do terceiro setor. (FURTADO e FURTADO, 2000, p.17)

³ Endógeno – que vem de dentro para fora, que se desenvolve a partir das potencialidades de cada lugar, que valoriza a cultura e as pessoas do local. (ZAPATA, 2007, p.26)

contemplando valores como a participação social, a equidade⁴ e a busca da sustentabilidade.” (ZAPATA, 2007, p.60).

De acordo com TENÓRIO (2004, p.1), "Desenvolvimento local requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional, científico-tecnológica e implica considerar os diferentes padrões de inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade”.

O apoio dos governos locais é essencial para o desenvolvimento territorial. Todavia o poder público local não pode agir como dono do processo, ao contrário deve estimular a participação da sociedade e em conjunto estabelecer uma proposta de desenvolvimento.

Conforme TENÓRIO (2004, p.2), "As ações locais de desenvolvimento não podem ocorrer como monopólio do poder público. Este deve funcionar como um articulador e facilitador de ações, que só terão eficácia quando representativas de um projeto de desenvolvimento apropriado pela sociedade, no qual o poder público seja apenas um dos agentes envolvidos”.

No Brasil, um dos grandes desafios na promoção do desenvolvimento local é a participação popular, que ainda é algo restrito, muito embora se possa observar uma tendência de crescimento da participação nas decisões municipais desde a descentralização do país, através da promulgação da Constituição de 1988. Os governos locais passaram a ter maiores responsabilidades e um envolvimento maior no estabelecimento de estratégias de desenvolvimento local.

BOISIER (1989, p.6) cita alguns elementos que são determinantes do desenvolvimento regional: “A política macroeconômica; a importância que a região tem para o país; a capacidade de organização social da região”.

O desenvolvimento de uma região ou território está diretamente ligado ao contexto geral do país. Entre os elementos que influenciam o desenvolvimento citados por Boisier, apenas a capacidade de organização social está sob o controle da região. No entanto a capacidade de organização pode influenciar os demais elementos. Uma região com grau de organização elevado tem maior poder de articulação e negociação com as instâncias superiores.

⁴ Equidade – igualdade de oportunidades para cidadãos e cidadãs terem acesso à educação e à saúde de qualidade. (ZAPATA, 2007, p.26)

“As regiões com uma classe empresarial mais empreendedora, políticos competentes e identificados com o território, sindicatos e demais organizações da sociedade civil mais atuante terão maiores possibilidades de enfrentarem as adversidades e negociarem melhor suas aspirações dentro do jogo político nacional.” (ROLIM, 1998, p.5)

Na definição das estratégias de desenvolvimento territorial deve-se considerar o ser humano como centro de qualquer ação.

Para ZAPATA (2007, p.28) “O desenvolvimento territorial endógeno busca construir um modelo de desenvolvimento com mais participação, equidade social e sustentabilidade ambiental, a partir das vocações produtivas locais. Trata-se, portanto, de um fenômeno humano, envolve os valores e os comportamentos dos participantes.”

A proposta de desenvolvimento deve ser construída com base nas necessidades e anseios do local ou território, através do envolvimento e participação das pessoas.

Não existe um modelo padrão de desenvolvimento territorial. Cada território deve construir a sua proposta, baseada no melhor aproveitamento de recursos existentes no próprio território.

Uma das estratégias é conhecer a realidade do território, quais as suas potencialidades e desafios, identificando as prioridades e oportunidades.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, “O enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno e na autogestão. As regiões mais carentes de desenvolvimento são exatamente aquelas que apresentam os mais altos índices de analfabetismo e que sofre, desde muito tempo, processos de exclusão social, de migração e de desqualificação dos serviços públicos”. (MDA/SDT, 2005b, p.13)

Portanto a formação do capital humano e o fortalecimento das comunidades envolvidas são essenciais para a compreensão da proposta de desenvolvimento, que deve contemplar valores como democracia e solidariedade.

“Os principais objetivos propostos para o desenvolvimento territorial são: o Fortalecimento da Gestão Social, Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação,

Dinamização Econômica nos Territórios e a Articulação de Políticas Públicas.” (MDA/SDT, 2005c, p.12-13)

A participação popular é necessária. Para tanto, deve haver uma articulação entre o poder público e a sociedade civil. Os gestores municipais devem ter um perfil democrático e uma administração participativa, contrários à figura dos prefeitos clientelistas que ainda impera em grande parte dos municípios brasileiros.

Segundo TORRENS (2006, p.33), “Uma estratégia integradora e democrática das ações voltadas ao desenvolvimento territorial só será possível se esse processo contar com o pleno envolvimento das diversas forças sociais existentes nos municípios, tanto das instituições governamentais, quanto das organizações da sociedade civil, em todas as etapas do ciclo de planejamento e gestão social do desenvolvimento”.

A ação articulada dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e na região, em prol da construção de um projeto estratégico que oriente as suas ações em longo prazo, é fundamental no desenvolvimento local ou territorial.

No processo de planejamento territorial, devem-se adotar estratégias que busquem sensibilizar, motivar e envolver efetivamente o conjunto dos agentes locais, visando à construção coletiva de uma nova territorialidade, conforme preconiza o Ministério do Desenvolvimento Agrário:

Quando se fala em desenvolvimento territorial não basta apenas diversificar as atividades econômicas e ampliar o leque das forças sociais participantes das iniciativas de articulação territorial. Uma condição fundamental desse processo é que seja realizado por meio de um intenso envolvimento das forças sociais da região em todas as fases desse processo (sensibilização, realização do diagnóstico, definição do eixo aglutinador e das prioridades específicas, elaboração do plano e dos projetos, implementação e avaliação dos resultados). É preciso que se criem mecanismos institucionais que estimulem a participação ativa e paritária das diversas formas de organização e representação social, o fortalecimento de redes sociais de cooperação e de parcerias institucionais e o estabelecimento de processos de concertação social (MDA/SDT, 2005d, p.9)

Os mecanismos institucionais, tais como: conselhos, fóruns, agências de desenvolvimento são espaços privilegiados para o exercício pleno da cidadania. É fundamental que o formato desses espaços seja definido pelos próprios atores envolvidos.

A estratégia de desenvolvimento territorial deve ser conforme TORRENS (2005a, p.36):

Processo contínuo e cíclico e retroalimentador, composto basicamente pelas seguintes fases: - Sensibilização, mobilização e capacitação dos diversos atores sociais existentes no território; - Processo de planificação do território representa o momento de tomada de decisões estratégicas que definem as prioridades de intervenção no território. Envolve principalmente a elaboração do diagnóstico participativo, a priorização das potencialidades e dos entraves locais, a construção do Plano Territorial, e a formulação de projetos territoriais. Essa fase pressupõe ainda a articulação das políticas e dos instrumentos necessários para viabilizar o plano, bem como a definição de papéis e a distribuição de atribuições e tarefas; - Execução dos projetos e concretização gradual do plano, com base em instrumentos de monitoramento e avaliação permanente desse processo.

A mobilização das pessoas, técnicos, agentes de desenvolvimento, instituições deve ser constante para que não ocorra a desarticulação do processo.

A identificação das prioridades do território é uma fase fundamental no processo. É importante que seja realizada através de um diagnóstico participativo.

Os modelos de desenvolvimento adotado no passado tinham como característica uma divisão entre o meio rural e urbano, criando mais oportunidades para a população residente nas cidades. Nos últimos anos, quando se discute propostas de desenvolvimento rural, o enfoque está voltado para o desenvolvimento territorial.

“Pensar o rural a partir de uma concepção territorial significa afirmar que o desenvolvimento não deve criar oportunidades apenas às populações restritas às aglomerações urbanas - indústrias. Significa pensar a organização do espaço nacional de forma totalizadora, integrando os territórios rurais e urbanos, e não simplesmente focando as ações no desenvolvimento dos espaços urbanos.”

(TORRENS, 2006. p.32).

Na maioria dos pequenos municípios do Estado do Paraná, a população da zona urbana depende de forma direta ou indireta do meio rural. Porém, quando se discute uma proposta de desenvolvimento territorial, deve-se levar em consideração que, infelizmente, muitas pessoas ainda têm um entendimento de que desenvolvimento é sinônimo de industrialização.

2.3 TERRITÓRIO

A formação de um território⁵ resulta da mobilização e integração dos diversos atores sociais, que procuram identificar e resolver problemas comuns. Como foi falado anteriormente, o desenvolvimento de uma região depende muito da sua capacidade de organização social e política.

No geral, em regiões onde há pouca organização social, observa-se um elevado grau de desconfiança da população quando se discute uma proposta de organização e desenvolvimento territorial.

Conforme ABRAMOVAY (2000, p.6), território é mais que simples base para relações entre indivíduos e empresas, “Possui um tecido social, uma organização complexa feita de laços que vão além de seus atributos naturais e dos custos de transporte e de comunicações. O Território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas, identidades que desempenham um papel pouco conhecido no desenvolvimento econômico”.

O território não é apenas uma área geográfica, é um local onde ocorrem várias formas de relações, tais como: econômica, social, institucional e pessoal.

“Território é um espaço socialmente organizado, significa espaços e fluxos, ou seja, lugares e pessoas interagindo. São fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos, humanos. Pode ser um município, um conjunto de municípios dentro de um estado ou mesmo um conjunto de municípios entre mais de um estado.” (ZAPATA, 2007, P.24).

Os principais fatores que caracterizam um território é a sua identidade histórica, cultural e a sua organização.

Para o MDA/SDT (2005a, p. 7-8) a definição de território vai além das características físicas e econômicas de uma determinada região:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como, o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

⁵ O Território é visto aqui não apenas como espaço físico, mas como uma construção social relativa à estratégia de desenvolvimento territorial.

Os laços de proximidade entre as pessoas, organizações de um território, podem ser transformados em iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

“O território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados. O território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa.” (MDA/SDT, 2005c, p.11)

Um território representa uma unidade física, onde os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições são maiores, ou seja, possuem uma identidade cultural, econômica, ambiental e social.

“O território é um ser em construção, ele existe quanto base física, população e relações de todo matiz, mas precisa se revelar na qualidade de identidade, potencialidade, interesse, visão de futuro, fatores agregadores e catalisadores de vontades e de energias.” (SEPÚLVEDA, 2005, p.18)

O território está submetido a forças de pressões externas e internas, conflitos e relações de poder, portanto é uma base flexível, na qual podem ocorrer mudanças constantes.

Alguns enfoques devem ser considerados no momento do planejamento territorial:

Entre os quais se destacam a percepção integral do território, sua heterogeneidade, potencialidades e fragilidades; Estímulo à construção de alianças entre os atores sociais e o Estado que os vinculem no compartilhamento de responsabilidades, à formação de parcerias, à atuação solidária, à coesão social e territorial; Estímulo à articulação entre as demandas sociais e a às ofertas das políticas públicas. Descentralização, em sintonia com a sociedade civil, com os movimentos sociais e com o setor público; Processo continuado de capacitação; Maior envolvimento das mulheres e dos jovens; Inter-relação entre o rural e o urbano; Integração com os poderes públicos e conselhos municipais. (MDA/SDT (2005c, p.20):

O estabelecimento de parcerias é fundamental no planejamento territorial e depende da organização, cooperação e confiança entre os parceiros. É necessário projetos em comum para se consolidar a parceria.

No processo de planejamento, é importante estimular a participação das mulheres, jovens, idosos. Cada um tem uma visão e necessidades diferentes, quando se discute uma proposta de desenvolvimento.

É importante manter um sistema de comunicação direto com atores envolvidos, pois através da comunicação vai construindo-se um sistema de cooperação e confiança.

2. 4 CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL

O capital humano e social passou a ter destaque nas teorias atuais sobre o desenvolvimento sustentável, ganhando maior importância a partir da década de 1990.

Segundo SOUZA FILHO (2003, p.1), as teorias voltadas para o desenvolvimento endógeno buscaram entender por que o nível de crescimento era diferenciado entre regiões que dispõem das mesmas condições na busca de fatores produtivos como capital, tecnologia e mão-de-obra. Estes questionamentos contribuíram para identificar outros fatores de produção existentes nas regiões, que são decisivos no processo de crescimento acelerado das mesmas, como o capital humano e social.

Muitas vezes, grandes investimentos são feitos pelos governos e não produzem bom resultados, pois não contribuem para o desenvolvimento das regiões pobres. É indispensável a capacidade da sociedade local liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento.

O capital humano depende fundamentalmente de se ter uma educação e saúde de qualidade, pois se refere às habilidades e competências das pessoas. Forma-se, através do conhecimento, pesquisa, informação, educação, cidadania. Os programas de formação integral contribuem para o aumento de capital humano.

O capital social diz respeito à capacidade de organização social, de estabelecer laços de confiança e cooperação. É importante ressaltar que o capital humano e social é a base do desenvolvimento territorial.

Em geral, as regiões mais pobres do País possuem capital social pouco desenvolvido, em função provavelmente da condição de exclusão e do baixo acesso aos serviços básicos. As pessoas que não têm suas necessidades básicas

satisfeitas terão maiores dificuldades de alcançar níveis satisfatórios de organização social.

Para PUTNAM (1996, p.177) “Capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Para desenvolver o capital social não basta os governos investirem recursos em projetos econômicos, mas são necessários programas educativos e de incentivo à cooperação, respeitando-se a cultura local.

Segundo JIANOT (2004, cap 2), “A confiança é a base do capital social, é a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade têm acerca do comportamento dos outros, baseada em normas partilhadas. Quem sente e sabe que pode confiar, recebe mais colaboração e aproveita melhor e mais efetivamente as oportunidades que aparecem.”

O capital social é construído à medida que as pessoas participam de processos de mobilização e organização social, gerando ao longo do tempo um sentimento de pertença e confiança mútua. “Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica”. (ABRAMOVAY 2000, p.13)

Os conselhos municipais e fóruns de desenvolvimento são mecanismos importantes para incentivar a participação e promover discussões sobre o desenvolvimento.

2.5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Segundo o MDA/SDT (2005c, p.23), “A participação é um processo segundo o qual os atores envolvidos influenciam e compartilham na formação de consensos, de tomada de decisões e na aplicação dos recursos de um determinado projeto. Os atores envolvidos devem ser os agentes de mudanças no processo de desenvolvimento e não meros espectadores do processo.”

Embora não exista uma estratégia única, é importante estruturar uma sequência de ações que possam ajudar a promover a participação.

Através da participação e envolvimento dos diversos segmentos da sociedade, tanto das instituições governamentais quanto das organizações da sociedade civil, ocorre o fortalecimento social e político dos grupos sociais, consequentemente, há uma ampliação de suas responsabilidades e o resgate da cidadania.

“A participação não ocorre de forma espontânea. Ela tem que ser promovida e estimulada durante o processo. Além disto, ela deve ser monitorada e seus efeitos devem ser periodicamente avaliados. Tudo isso implica na necessidade de planejar o processo de participação, montando uma estratégia de ação e, em seguida, definindo os mecanismos a serem adotados”. (MDA/SDT, 2005c. p.23)

Geralmente, a participação ocorre de forma gradual e a intensidade é diferenciada, alguns atores têm um grau de participação maior; outros, menos. Portanto na estratégia de ação devem constar ações que visem ao estímulo e à motivação constante das pessoas.

A sensibilização e mobilização são processos que devem acontecer constantemente, e não apenas no início das ações de implantação do território.

No momento de planejamento e organização das ações, é importante prever o uso de metodologias que promovam a participação dos atores sociais. A metodologia a ser adotada constitui apenas uma ferramenta de apoio para a organização dos trabalhos, não podendo inibir e limitar a criatividade e a sensibilidade dos atores sociais, nem influenciar ou substituir os interesses e as necessidades da sociedade.

O estabelecimento de parcerias é muito importante no processo de desenvolvimento, ou seja, ações conjuntas entre organizações governamentais, não governamentais e setor privado.

As parcerias institucionais são consolidadas através das pessoas que representam as instituições. Portanto é preciso haver um forte compromisso das pessoas com relação à proposta; caso contrário, as parcerias acabam não se consolidando. Esse sentimento de compromisso e confiança mútua é construído ao

longo do tempo. Quanto mais ações conjuntas são realizadas, maior é o conhecimento e a confiança entre as pessoas.

“A abordagem territorial combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial⁶, verdadeiros alicerces para o capital social.” (MDA/SDT, 2005c, p.11).

A descentralização e a participação social são instrumentos da democratização. O processo de descentralização abre espaço para a participação popular e o controle social, mais próximo dos problemas concretos da população.

2.5.1 Metodologia participativa

No momento do planejamento de uma proposta de desenvolvimento é importante prever ações que estimulem e criem oportunidades para que as pessoas possam opinar sobre o desenvolvimento.

A metodologia de planejamento participativo a ser adotada, como instrumento auxiliar ao diagnóstico e planificação, deverá apresentar em sua concepção formas de estimular o público envolvido a mergulhar numa reflexão crítica sobre sua realidade para transformá-la, buscando a articulação dos atores envolvidos num processo de participação ativa, ou seja, na formação da consciência crítica e construtivista, por meio do qual se elabora o conhecimento adequado dos problemas que afetam o grupo. (MDA/SDT, 2005c, p.21).

Existem hoje diversas metodologias participativas que podem ser utilizadas, como por exemplo, a proposta da INPA - Intervenção Participativa dos Atores. A seguir, será explicitada a metodologia da INPA, que foi adotada pelo Território Nordeste na construção do seu diagnóstico e plano de desenvolvimento.

“A proposta pedagógica da INPA - Intervenção Participativa dos Atores - implica um processo educativo, no qual cada um individualmente, e todos, no coletivo, tenham clara a sua posição de sujeitos da história. Apresenta-se

⁶ Coesão social como sendo a expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão e, por outro, a coesão territorial como expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidade cultural, política e socialmente integradas.

basicamente como uma concepção dialética, uma forma de ver a realidade de modo crítica, buscando articular num processo integral a participação dos envolvidos.” (FURTADO e FURTADO, 2000, p.67)

A utilização de métodos pedagógicos que contém dinâmicas de grupo facilita e proporciona uma maior conscientização e compreensão da própria realidade, contribuindo ainda na busca de transformação da mesma. A INPA cria oportunidade para que as pessoas desenvolvam atitudes mais críticas com relação à realidade em que vivem. Visa ao desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania.

É uma metodologia de intervenção junto aos atores, em que se valoriza a participação das pessoas, visando à formação de capital humano e social.

A INPA tem como arcabouço teórico a metodologia dialética da educação popular, a construção do conhecimento, e adota a concepção e os procedimentos da Pesquisa-ação⁷ como instrumento de intervenção. Utilizando essa abordagem participativa, propicia o desenvolvimento de uma aprendizagem sistemática, progressiva, no ritmo dos participantes e em função dos objetivos concretos, lança mão de uma gama variada de dinâmicas de grupo e técnicas que permitem ao grupo vivenciar situações inovadoras em todos os níveis. Possibilita ensinar às pessoas comportamentos novos, através da discussão e decisão em grupo, em substituição ao método tradicional de transmissão sistemática de conhecimentos. É uma metodologia de extensão, usada nos programas de capacitação para o povo rural. (FURTADO e FURTADO, 2000, p. 61-71)

Pode-se afirmar que a citação de Furtado, ao falar do embasamento teórico da metodologia INPA, está fundamentada na teoria do educador Paulo Freire, especialmente quanto às reflexões sobre a abordagem participativa da educação popular que se dá a partir do encontro de pessoas, levando à construção do conhecimento. “Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.” (FREIRE, 2003, p. 81). Portanto a metodologia INPA contribui para que as pessoas analisem sua própria realidade e busquem, em grupo, alcançar seus objetivos.

⁷ Pesquisa ação-forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, ajuda a impulsionar os processos de desenvolvimento e a mantê-los em andamento, principalmente porque os participantes descobrem muitas coisas sobre sua realidade, aprendem como lidar com seus problemas e tentar resolve-los. (FURTADO e FURTADO, 2000, p.62)

2.6 GESTÃO SOCIAL

É preciso construir meios que ofereçam e habilitem os cidadãos a participarem efetivamente das ações. Estabelecer canais efetivos para a discussão, tomada de decisões, definição e acompanhamento das políticas públicas é fundamental. O sucesso dos programas de desenvolvimento depende do envolvimento das pessoas em todo o processo.

Para MAIA, et. al. (2005, p.25) “a gestão social é uma forma de gestão de políticas públicas exercida por instituições governamentais e da sociedade civil, baseada na mobilização das comunidades, na democracia interna de seus processos decisórios, na transparência e na criação de canais de participação”.

Os espaços para gestão oportunizam uma maior aproximação entre a sociedade civil e o Estado, na tomada de decisões estratégicas sobre o desenvolvimento.

“A idéia de desenvolvimento territorial é indissociável das noções de planejamento e de gestão social. A gestão social deve se apoiar em sistemas descentralizados de decisão, baseados em forte participação, no estabelecimento de parcerias e articulações em redes”. (TORRENS, 2006, p.34)

Para a consolidação das propostas de desenvolvimento, é necessária a participação organizada da sociedade, governos democráticos, sem a corriqueira prática do clientelismo e a ampliação de espaços para exercício pleno da cidadania, com mais controle social.

“A gestão social condiz com o empoderamento⁸ da sociedade, com a formulação de compromissos entre o público e o privado, garantindo a participação social na gestão pública que requer sistemas descentralizados, baseados em forte participação, maior densidade de informação, parcerias e articulação em rede”. (MDA/SDT,2005c, p.15)

Torna-se necessária a criação de espaços, tais como: fóruns, conselhos, comitês, colegiados, etc., visando à participação social, como instrumento na

⁸ Empoderamento é o processo de tomada de consciência de uma pessoa, de sua cidadania, seus direitos e deveres, seu papel na construção de sua própria vida e da comunidade, ter voz ativa, ser sujeito da história. (ZAPATA, 2007, p.26)

tomada de decisões e implementações de ações no território. Devem ser espaços de concertação e contar com a participação da sociedade civil e do poder público.

Segundo BIOLCHI et al (2003, p.18), a importância da participação social no processo de gestão e monitoramento das políticas públicas pode:

Contribuir com o desenvolvimento local, a ampliação de ações coletivas entre o público e o privado, o exercício da fiscalização sobre a utilização dos recursos, ganharem em credibilidade política pela transparência nas ações, reduzir as desigualdades sociais manifestadas pelas desigualdades de poder, gerar consensos e adequação das políticas às diversas realidades locais, proporcionar melhor desempenho dos serviços públicos devido às melhorias na credibilidade e da adequação das políticas às diversas realidades, qualificar as políticas do governo central e fortalecer a democracia.

Territórios em que a sociedade esteja mobilizada e organizada, a probabilidade do processo de gestão funcionar é superior. O fortalecimento do capital humano e social é fundamental para aumentar a capacidade de empoderamento da sociedade.

Para RODRIGUEZ (2005, p.78) "... fortalecer o tecido social é fundamental, a sociedade civil tem um papel importante no desenvolvimento, que vai evoluindo à proporção que se constrói capacidade para se definir demandas legítimas oriundas dos territórios; assim como tem capacidade para estabelecer relações de cooperação e responsabilidade compartilhadas na gestão de estratégias".

A base da gestão social é o capital social, ou seja, os laços de identidade e confiança existentes no território, isso implica na colaboração e divisão de responsabilidades quanto aos rumos do território.

Com a Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ter mais autonomia e poder de decisão quanto às suas prioridades. "Uma das inovações na descentralização da administração pública foi a criação de diversos conselhos municipais, que são instrumentos de participação popular". (BIOLCHI, 2003, p.13)

Conselhos ou outras formas de organização adotadas pelo território são espaços de negociação para a construção de um projeto coletivo.

"A organização da gestão social exige a definição de mecanismos e instâncias transparentes e democráticas de participação dos diferentes atores sociais no processo de sensibilização, mobilização, diagnóstico, planejamento, implementação do plano territorial, monitoramento e avaliação dos projetos específicos desenvolvidos na região".(TORRENS, 2006a, p.34)

No processo de desenvolvimento territorial o fortalecimento do tecido social e dos espaços de gestão social é essencial, pois nesses espaços se fortalece a identidade territorial.

De acordo com MDA/SDT (2005a, p.34), os processos de gestão social:

Precisam se apoiar, portanto, no capital social dos territórios, nos laços de identidade, de confiança e de colaboração existentes entre as forças locais. É preciso criar espaços e condições para gerar o aprendizado e o esforço de identificação de complementariedades capazes de por em diálogo os diferentes agentes, fazer confluir suas perspectivas individuais, tatear e construir convergências onde há isolamento e fragmentação, formarem esse capital social.

A gestão social dos territórios é uma tarefa que depende da evolução da comunidade em diversos fatores: fortalecimento do capital humano e social, vontade política, democratização das informações e formação de parcerias e liderança. Portanto é um processo que exige persistência, tendo em vista que os resultados nem sempre são alcançados em curto prazo. Os objetivos devem estar sempre em evidência para todos que se envolvam no processo.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho utilizou como método de pesquisa o estudo de caso descritivo, a fim de analisar a experiência do processo de constituição do Território Nordeste do Estado do Paraná.

“O estudo de caso consiste em emergir-se numa situação-problema real, acompanhando-a, sentindo-a, pensando-a, e finalmente apresentar uma teoria que a descreva e a explique.”(OLIVEIRA, 2006, p.7)

GODOY(1995, p.25) “considera que o estudo de caso é uma importante estratégia de pesquisa quando se procura responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há possibilidade de controle sobre eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser avaliados dentro de algum contexto de vida real, situação implícita nos objetivos propostos neste estudo.”

Os dados necessários para elaboração desta pesquisa foram obtidos nos dez municípios que fazem parte do Território Nordeste.

Foram obtidos dados quantitativos e qualitativos, no período de setembro de 2003 a maio de 2007, a partir do acompanhamento e observações “in loco” feitas durante reuniões, seminários e encontros realizados nos municípios e nas reuniões do grupo gestor e das câmaras técnicas do território. Para o levantamento de dados, também foram realizadas análises de documentos elaborados no território: relatórios de reuniões nas comunidades, material de apresentações de grupos de trabalho, listas de presença, planos de desenvolvimento dos municípios, plano de desenvolvimento territorial e atas das reuniões do grupo gestor.

Foi utilizado também, para coleta de dados, um questionário composto por onze questões(Anexo 1), no qual se solicitavam as seguintes informações: nível de participação das pessoas no processo de constituição do Território Nordeste; motivo que levou as pessoas a participarem do processo; nível de participação do grupo gestor do território; participação dos membros desse grupo nos municípios e desempenho do mesmo. Optou-se por entregar os questionários aos membros do Grupo Gestor do Território e técnicos dos municípios envolvidos, em reunião ordinária do grupo, os quais responderam na mesma data. Com este instrumento foi

pesquisado um total de 50 pessoas representantes de todos os municípios do território. Desta forma, foram obtidas respostas de 100% da amostra pesquisada.

Os dados obtidos através das observações, análises de documentos e o resultado dos questionários foram sistematizados, analisados e interpretados, com base em fundamentos teóricos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados necessários para elaboração deste estudo foram obtidos no período de 2003-2007, nos municípios que compõem o Território Nordeste do Estado do Paraná e através de pesquisa bibliográfica.

O presente capítulo é composto por duas partes. Na primeira, foram analisados os dados da realidade dos municípios que fazem parte do território. Na segunda parte, foram analisados e discutidos o processo de constituição e os resultados obtidos no território.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O território Nordeste é composto por dez municípios, sendo: Sapopema, São Jerônimo da Serra, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Santo Antonio do Paraíso, Congonhinhas, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Abatiá e Santa Amélia, conforme Figura 1.

O território localiza-se a nordeste do Estado do Paraná, entre a latitude 23°15'57" e 23°54'39" Sul e longitude 50°18'45" e 50°47'41" Oeste. Apresenta uma extensão de 3368,341 Km².

O maior município em área é São Jerônimo da Serra e o menor é Santa Amélia. Os dois maiores municípios somam 44,60% da área do território, como pode ser visto no Quadro 1.

QUADRO 1 - EXTENSÃO TERRITORIAL

Município	Área (Km²)	%
Nova Santa Bárbara	79,566	2,36
Santa Cecília do Pavão	109,638	3,25
Sapopema	676,937	20,10
São Jerônimo da Serra	825,466	24,50
Abatia	245,862	7,30
Santa Amélia	78,024	2,33
Ribeirão do Pinhal	374,243	11,11
Congonhinhas	532,329	15,80
Santo Antonio do Paraíso	164,451	4,88
Nova Fátima	281,825	8,37
Total	3368,341	100,00

FONTE: IPARDES(2007)

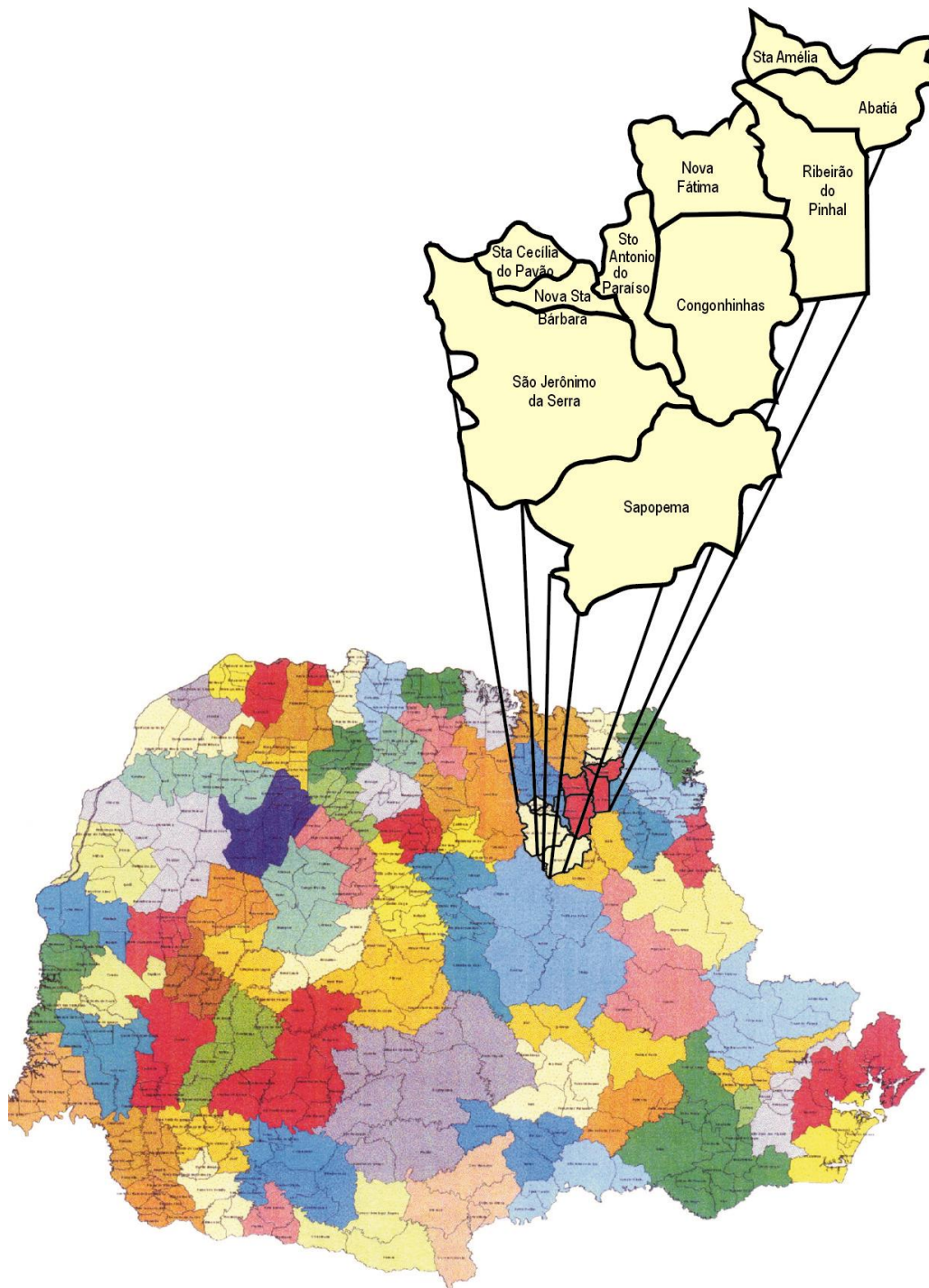


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NORDESTE

De acordo com os dados do IBGE, Censo Demográfico de 2000, a população do território é formada por 72.250 habitantes, dos quais 51,42 % são homens e 48,58 % são mulheres. Do total da população do território, 35% residem no meio rural. Nos municípios de São Jerônimo da Serra e Sapopema a população rural é superior à urbana como pode ser visto no Quadro2.

No período de 1991-2000, a população do território teve uma taxa de crescimento negativa. Diminuiu 5,4% em relação ao número total de habitantes, sendo que a população rural foi a que teve a maior taxa de diminuição, alcançando o percentual de 29%.

QUADRO 2 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – 2000

População	Total	Urbana	Rural
Nova Santa Bárbara	3.611	2.872	740
Santa Cecília do Pavão	4.064	3.002	1.062
São Jerônimo da Serra	11.750	5.332	6.419
Sapopema	6.872	3.183	3.689
Abatia	8.259	5.326	2.903
Santa Amélia	4.407	2.950	1.457
Ribeirão do Pinhal	14.341	10.671	3.666
Congonhinhas	7.851	4.701	3.147
Santo Antonio do Paraíso	2.790	1.718	1.072
Nova Fátima	8.305	6.591	1.714
Total	72.250	46.346	25.869

FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2000)

Embora a metodologia utilizada pelo IBGE para definir o que é população urbana e rural demonstre que a maior parcela da população do território reside no meio urbano, os municípios possuem características rurais e sua economia está sustentada em atividades rurais.

O critério adotado no Brasil para definir o que é população urbana ou rural contribui de certa forma para subestimação da população rural. Ao contrário da maioria dos países, o critério brasileiro de classificação entre urbano e rural é de natureza administrativa e não geográfica ou econômica. Segundo definição do IBGE(1997), "... na condição de urbano consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes de municípios), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas."

De acordo com os dados da SEFA (2004), o território tem sua economia baseada na produção primária com participação de 75,00% do Valor Adicionado Total. O setor industrial participa com 9 %, o comércio com 14,00% e a prestação de serviços tem uma representatividade menor, cerca de 2%.

Conforme o Censo demográfico, resultados de amostras do IBGE (2000), entre a população ocupada segundo as atividades econômicas, 51,9% de um total de 30.493 pessoas atuam na área de agricultura, pecuária, exploração florestal e pesca. Vale ressaltar que as demais atividades como comércio e prestação de serviços dependem diretamente do setor agropecuário.

Segundo IBGE (1996), existem nos municípios do território 6.008 estabelecimentos rurais, sendo que 83% são familiares e o restante são empresários rurais. No entanto os estabelecimentos familiares detêm somente 31% da área do território. Na mesma área geográfica, existem três reservas indígenas com 280 famílias, 11 Vilas Rurais com 386 moradores e 14 assentamentos com 540 famílias.

Segundo dados do ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL (2000), o IDH-M dos municípios que compõem o território se encontra abaixo da média do Estado, que é de 0,786 e do país, que é 0,764, como pode ser observado no Quadro 3, embora tenham ocorrido avanços no decorrer das últimas décadas.

QUADRO 3 – INDICADORES SÓCIOS ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO

Município	IDH-M	Renda per capita R\$	Esperança vida ao nascer – anos	Analfabetismo população acima 15 anos %
Abatia	0,710	148,92	69,62	20,99
Congonhinhas	0,692	146,37	67,37	22,98
Nova Fátima	0,747	222,57	70,89	18,42
Nova Santa Bárbara	0,701	172,41	65,78	20,30
Ribeirão do Pinhal	0,715	191,30	67,37	20,35
Santa Amélia	0,711	172,17	67,37	18,28
Santa Cecília do Pavão	0,712	143,57	70,18	23,05
Santo Antonio do Paraíso	0,715	170,31	67,37	18,65
São Jerônimo da Serra	0,674	140,67	65,78	26,39
Sapopema	0,698	126,21	71,31	23,73
Paraná	0,786	321,40	69,8	11,7
Brasil	0,764	297,23	68,61	12,94

FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2000)

O componente “renda” foi o que menos contribuiu para o crescimento do índice de desenvolvimento humano dos municípios do território. A renda per capita dos municípios é muito inferior a média do Estado do Paraná.

De acordo com IAPAR (2000, p.15-16), “15,5% da população total do território encontra-se abaixo da linha da pobreza, ou seja, são pessoas de famílias com renda inferior a um quarto de salário mínimo⁹ per capita mensal”. O município de São Jerônimo da Serra tem 25,64% de sua população nessas condições, sendo o município do território com o maior número de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Segundo dados comparativos do ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL (2000), no período de 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil diminuiu nos municípios do território. Porém em 60% desses municípios essa taxa é superior à média do Estado.

Os índices de analfabetismo na população adulta, acima de 15 anos de idade, são superiores à média do estado, 11,7% e do Brasil, que é 12,94%. No território, todos os municípios têm acima de 18% da população analfabeta.

Situados numa área de transição entre o 2º Planalto (zona ondulada do Paleozóico) e o 3º Planalto (blocos do planalto de Cambará e São Jerônimo da Serra), os municípios do território apresentam diferentes tipos de solos, segundo EMBRAPA (1999): Nitossolos Vermelhos Eutroféricos; Neossolos Litólicos Eutróficos; Nitossolos Vermelhos Distróficos; Argissolos Vermelho Amarelos Distróficos; Gleissolos Háplicos; Latossolos Vermelhos Distróficos; Latossolos Vermelhos Distroféricos; Latossolos Vermelhos Eutroféricos; Latossolos Vermelhos Eutrófico.

Os solos são apropriados para o uso agrícola, respeitando-se as classes de aptidão de cada tipo de solo.

Conforme EMATER (2005), os solos do território em sua maioria são ocupados por pastagens, que representam 52,00% da área total, apesar da diminuição ocorrida nos últimos anos em função do aumento da área de lavouras. As áreas de culturas anuais aumentaram nos últimos anos, face ao avanço da cultura da soja, ocupando em torno de 32,00% da área total. As áreas com

⁹ Salário Mínimo Vigente no Brasil - Maio 2000 – R\$ 151,00

pastagens estão concentradas principalmente em Sapopema, São Jerônimo da Serra, Ribeirão do Pinhal, Abatiá e Congonhinhas.

O perfil agrícola do território sofreu profundas alterações nos últimos anos, em consequência principalmente das baixas produtividades e do custo de produção elevado. Houve uma redução drástica na área de plantio do algodão nos municípios do território e o crescimento da área cultivada com soja. Este fato ocasionou a redução do número de pequenos agricultores, que venderam suas propriedades para produtores maiores para o cultivo extensivo da soja.

As principais atividades agrícolas desenvolvidas atualmente no território são: soja, milho, trigo, olerícolas, café, frutas, bicho-da-seda e eucalipto.

4.2 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO E RESULTADOS ALCANÇADOS

4.2.1 Estratégia de ação e metodologia

No decorrer do estudo, constatou-se que o processo de constituição do Território Nordeste ocorreu em várias etapas, sendo: planejamento e organização das ações, sensibilização de lideranças, participação das comunidades, análises técnicas e gestão do processo.

Observou-se que o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER - desempenhou o papel de agente mobilizador do processo, definindo as etapas de planejamento e organização das ações. A partir do planejamento e organização, estabeleceu-se um cronograma de ações com épocas de execução.

No Quadro 4, pode-se observar a seqüência de ações que foram desenvolvidas desde o início dos trabalhos, no mês de setembro de 2003, até maio de 2007, no Território Nordeste.

QUADRO 4 – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO TERRITÓRIO

AÇÕES
Sensibilização do Poder Executivo
Sensibilização de Lideranças municipais
Capacitação de Técnicos
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento
Participação das comunidades e das pessoas
Apresentação dos Planos aos candidatos a prefeito
Discussão sobre oportunidades de negócio com os prefeitos eleitos
Elaboração dos planos municipais
Identificação das prioridades do território
Discussão nos municípios sobre modelo de gestão
Definição do modelo de gestão para o território
Formação do Grupo Gestor do Território Nordeste
Elaboração de documento contendo as prioridades do território
Formação de Câmaras Temáticas
Discussão e definição de projetos pelas Câmaras Temáticas
Elaboração de projetos

FONTE: RELATÓRIOS ELABORADOS DURANTE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO (2003-2007)

Verificou-se que, após a fase de planejamento e organização das ações, efetuou-se a capacitação de 10 técnicos e 88 pessoas entre os dez municípios do território na metodologia participativa da INPA – Intervenção Participativa dos Atores. As pessoas treinadas foram denominadas de Agentes de Desenvolvimento e auxiliaram na execução das demais etapas do processo.

Constatou-se que a primeira ação desenvolvida no processo foi a sensibilização dos prefeitos e lideranças municipais. Nesta etapa, pôde-se observar que foram realizadas duas reuniões envolvendo os prefeitos dos dez municípios e dez reuniões municipais, sendo uma em cada município envolvendo lideranças: vereadores, conselheiros municipais, representantes de associações, sindicatos, representantes das comunidades rurais e outros. Esta etapa envolveu 230 pessoas e teve como propósito a busca de parceiros e aliados para a execução da proposta.

Após o período de sensibilização de prefeitos e lideranças, ocorreu a etapa de participação das comunidades e envolvimento das pessoas. As ações desenvolvidas ocorreram de forma simultânea em todos os municípios.



FOTO 1 – REUNIÃO REALIZADA COM A COMUNIDADE CAMPINA – SÃO JERÔNIMO DA SERRA (EMATER, 2003)

Nesta fase, foram levantadas as potencialidades, desafios e prioridades de cada comunidade, por intermédio do uso de metodologia participativa INPA.

Através da análise de documentos do território, pôde-se constatar que foram realizadas 67 reuniões, envolvendo 103 comunidades dos dez municípios, atingindo de forma direta 2069 pessoas, como apresentado no Quadro 5.

Observou-se que houve o envolvimento direto de 2,9% da população total do território nos trabalhos de levantamento de potencialidades e desafios e definição de prioridades. Considerando-se que, de um modo geral, participou do processo uma pessoa por família e que as famílias do território são compostas por uma média de quatro pessoas, pode-se afirmar que o trabalho envolveu indiretamente 11,5% da população.

QUADRO 5 – PESSOAS ENVOLVIDAS NAS COMUNIDADES RURAIS E URBANAS

Município	Nº Reuniões	Nº Pessoas
Abatia	6	176
Congonhinhas	13	532
Nova Fátima	1	40
Nova Santa Bárbara	4	128
Ribeirão do Pinhal	9	216
Santa Amélia	1	40
Santa Cecília do Pavão	4	128
Santo Antonio do Paraíso	1	30
São Jerônimo da Serra	15	510
Sapopema	13	269
TOTAL	67	2069

FONTE: RELATÓRIOS ELABORADOS DURANTE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO (2003-2007)

Constatou-se que, depois das reuniões realizadas nas comunidades, foram realizados seminários municipais nos dez municípios, envolvendo um total de 263 pessoas. Participaram dos seminários quatro pessoas de cada comunidade, sendo um homem, uma mulher, uma pessoa idosa e um jovem. A partir das prioridades das comunidades, foram identificadas as prioridades dos municípios.

Tomando por base os dados obtidos nas reuniões realizadas nas comunidades e nos seminários municipais, procedeu-se à fase de análises técnicas e elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento.

As prioridades do território foram identificadas através de um Seminário Territorial, no qual participaram 100 pessoas, sendo dez representantes de cada município. Como resultado, sintetizaram-se as prioridades que são comuns aos municípios envolvidos.

Pôde-se observar que, dentre as estratégias de ações estabelecidas, realizou-se, no período que antecedeu às eleições de 2004, a apresentação da proposta aos candidatos a prefeito. Após as eleições foram realizados Seminários

sobre oportunidades de negócio, envolvendo os prefeitos eleitos e lideranças municipais do território.

Constatou-se que a estratégia de ação adotada contribuiu significativamente para o desenvolvimento dos trabalhos. O estabelecimento de um cronograma de ações permitiu que todos os municípios executassem as ações ao mesmo tempo. Todas as etapas do processo foram importantes e necessárias. A divisão em etapas permite que as pessoas envolvidas no processo entendam melhor o objetivo da proposta.

A estratégia que foi utilizada possibilitou intervenções ou redirecionamento nas ações, quando necessário no decorrer do processo, sem prejudicar as ações já desenvolvidas.

A metodologia INPA – Intervenção Participativa dos Atores - foi utilizada para realizar o diagnóstico participativo da realidade, levantamento das potencialidades, desafios e identificação das prioridades das comunidades. Foram realizadas 67 reuniões, conforme descrito anteriormente, envolvendo comunidades rurais e urbanas.

Foram utilizadas várias dinâmicas nas reuniões das comunidades, sendo uma delas a do “Quebra Cabeça”, como pode ser visto na Foto 2.



FOTO 2 – DINÂMICA “QUEBRA CABEÇA” APLICADA NAS REUNIÕES DAS COMUNIDADES

A dinâmica procurou resgatar a auto-estima das pessoas e a importância de cada uma para a comunidade, município e território.

A utilização de músicas e dinâmicas de grupo incentivou a participação e discussão das pessoas em relação à realidade, desafios e potencialidades de cada comunidade.

Durante o estudo, verificou-se que a metodologia utilizada incentivou e estimulou a participação das pessoas na tomada de decisão com relação ao desenvolvimento do território. Foram criadas oportunidades para que as mesmas pudessem expressar as suas opiniões e idéias.

Uma das estratégias adotadas pelo território foi incentivar a participação durante todo o processo, mesma linha preconizado pelo MDA/SDT, pois a maioria das pessoas tem dificuldade de participar naturalmente, sem que seja estimulada.

A metodologia utilizada no processo de constituição do território contribuiu para o envolvimento das pessoas e mantém proximidade com as idéias de SEN, considerando que foram criadas oportunidades para essas pessoas exercerem sua condição de agente do seu próprio desenvolvimento.

As reuniões realizadas nas comunidades, onde se utilizou a metodologia INPA – Intervenção Participativa dos Atores - tiveram uma carga horária de 8 horas, conforme agenda apresentada no Quadro 6.

QUADRO 6 – AGENDA DAS REUNIÕES REALIZADA NAS COMUNIDADES

TEMA	ASSUNTO	MÉTODO
Abertura	Boas - vindas	Exposição dialogada
Abertura mística		Música Oração de São Francisco(Anexo 2)
Objetivo do treinamento	Plano Desenvolvimento	Exposição dialogada
O que é metodologia INPA	Explicação sobre o Método INPA	Exposição dialogada
Apresentação	Auto Apresentação Origem e sonho	Dinâmica Raiz da Vida (Anexo 3)
Auto Estima	Importância de cada um na comunidade, município	Dinâmica Quebra cabeça (Anexo 4)
Realidade	Como era a comunidade no passado, como é no presente e o que se deseja para o futuro	Dinâmica Linha do tempo (Anexo 5)
Dados da realidade	Apresentação dos dados da realidade do município	Exposição dialogada
Análise da realidade	Potencialidades e desafios da comunidade	Análise da realidade (Grupos de trabalho) (Anexo 6)
Plenária da análise da realidade	Apresentação resultados pelos subgrupos	Apresentação em tarjetas dos resultados Potencialidades/Desafios (Anexo 6)
Recursos aplicados	Análise dos programas e recursos que vieram para solucionar os problemas da comunidade e como foram aplicados	Dinâmica Saco de água (Anexo 7)
Escolher 3 potencialidades e 3 desafios	Cada subgrupo escolhe 3 potencialidades e 3 desafios	Painel de priorização (Anexo 6)
Plenária	Classificação das questões mais votadas(cinco mais pontuadas)	Dinâmica das Caretinhas (Anexo 6)
Desenvolvimento	Analisar com o grupo o que é Desenvolvimento	Dinâmica Árvore (Anexo 8)
Representantes para o Seminário Municipal	Quatro pessoas, sendo 01 jovem, 01 idoso, 01 mulher e 01 homem	Comunidade escolhe
Avaliação e encerramento		Música Águia Pequena (Anexo 9)

FONTE: AGENDA DAS REUNIÕES NAS COMUNIDADES (2003-2005)

4.2.2 Participação dos atores no processo

Verificou-se que 19 instituições, entidades e organizações participaram do processo de constituição e estão envolvidas nos trabalhos do território, como pode ser visto no Quadro 7.

QUADRO 7 – INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

Instituições/ Entidades/Organizações
Agência de Desenvolvimento
APAE
Associação de Produtores Rurais
Associações Comerciais
Associações de Moradores
Câmara de Vereadores
Casa Familiar Rural
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Conselho Tutelar
Conselhos Municipais da Saúde
Conselhos Municipais de Educação
Cooperativa Movimento Sem Terra
EMATER
Fórum de Desenvolvimento
Pastoral da criança
Prefeituras Municipais
PROVOPAR
Sindicato de Trabalhadores Rurais
Sindicato Produtores Rurais

FONTE: LISTAS DE PRESENÇA DE REUNIÕES (2003-2007)

Observou-se que no território o capital social é pouco desenvolvido, existem poucas instituições, entidades e organizações representativas da sociedade civil.

Entre as instituições e entidades envolvidas, algumas estão presentes apenas em um município, como é o caso da Casa Familiar em Sapopema, a Cooperativa do Movimento dos Sem Terra, em São Jerônimo da Serra. Grande parte das que estão presentes em todos os municípios do território são Instituições do setor público. São comuns aos municípios: APAE, Câmara de Vereadores, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Educação, EMATER, Pastoral da criança, Prefeituras municipais e PROVOPAR.

Através do Quadro 8, pode-se observar as comunidades rurais e urbanas que participaram dos trabalhos.

QUADRO 8 – COMUNIDADES ENVOLVIDAS NO TERRITÓRIO

Município	Comunid.	Nome das Comunidades
Abatia	14	São José, Juca Batista, Pau d'Alho, São Lourenço, Figueira, Várzea Alegre, Bom Jardim, Linda Flora, Água das Perobas, Guergolete, Água das Pedras, Trovão Progresso, Cidade
Congonhinhas	19	Areião, Valérios, Vila Rural Francisco Tozzi, Água Branca, Mineiros, Baianos, Canedos, Batista, Monjolo, Santa Maria do Rio do Peixe, Banco da Terra, Imbaú, Vitópolis, Assentamento Robson de Souza, Vaz, São Benedito, Assentamento Carlos Lamarca, Iguape, Cidade.
Nova Fátima	8	Vila Rural Tulhas, Messias, Areião, Valérios, Cegati, Pau Dálho, Santa Rita, Cidade
Nova Santa Bárbara	5	Água do Pocinho, Água do Sabiá, 700 Alqueires, Vila Rural Sol Nascente, Cidade
Ribeirão do Pinhal	7	Barro Branco, Zé Berto, São Francisco, Casa Branca, Sertãozinho, Itapemirim, Cidade
Santa Amélia	6	Ribeirão do Índios, Água das Perobas, Água Queixada, Posto Indígena Laranjinha, Torrão de Ouro, Cidade
Santa Cecília do Pavão	5	700 Alqueires, Lageadinho, Água Chincó, 200 Alqueires, Cidade
Santo Antonio do Paraíso	5	Curiango, Lageado, Pari, São Judas Tadeu, Cidade
São Jerônimo da Serra	19	Caratuva, Vila Rural Pedro Fonseca, Assentamento Paulo Freire, São João do Pinhal, Vila Nova, Reserva Indígena São Jerônimo, Tigre, Campina, Reserva Indígena Barão de Antonina, Assentamento Cacique Cretan, Assentamento Amélia, Assentamento Roseli Nunes, Assentamento Arixiguana, Assentamento Juapé, Assentamento Sol Nascente, Terra Nova, Matão, Jardim Solidariedade(Urbano), Centro(Urbano),
Sapopema	15	Vila Rural Orquídeas, Vila Rural Santa Izabel, Vida Nova, São Roque, Lambari, São Luiz II, Mambuca, Barra Grande, Mambuca Bom Sucesso, Lageado Liso, Capinzal, Carreiros, Cordeiros, Serra Grande, Cidade
TOTAL	103	

FONTE: RELATÓRIOS ELABORADOS DURANTE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO (2003-2007)

Segundo WEBER (1972, p.25), comunidade se refere “a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer afetiva ou tradicionalmente ao mesmo grupo.”

Evidencia-se que a participação das comunidades rurais no processo é significativamente superior, representando 89,5%. Isso pode ser explicado pela importância do meio rural para os municípios que compõem o território. Destaca-se também que o agente mobilizador do processo foi o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER - instituição voltada para o meio rural. Esse fato pode ter influenciado a maior participação das comunidades rurais.

Através de um questionário respondido pelo grupo gestor do território e por técnicos dos municípios envolvidos, obtiveram-se dados sobre a participação das pessoas no processo, bem como sobre o motivo que levou as pessoas a participarem.

Pode-se observar, através de pesquisa realizada com as pessoas dos dez municípios, como demonstra a Gráfico 1, que 48% consideram que o nível de participação das pessoas no processo de constituição foi tido como forte, 46% como médio e 4% dos entrevistados consideraram a participação muito fraca.

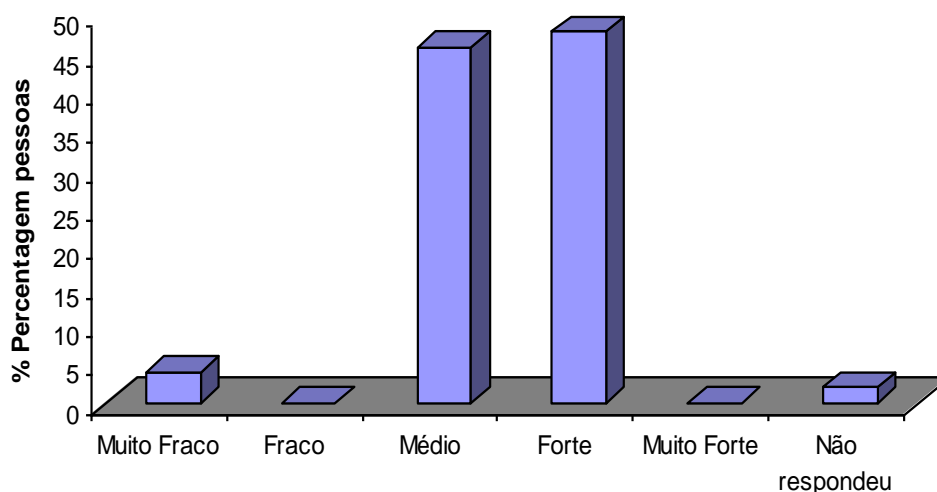


GRÁFICO 1 - NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS NO PROCESSO

O Gráfico 2 retrata a visão sobre a motivação para participar do processo de constituição do Território Nordeste.

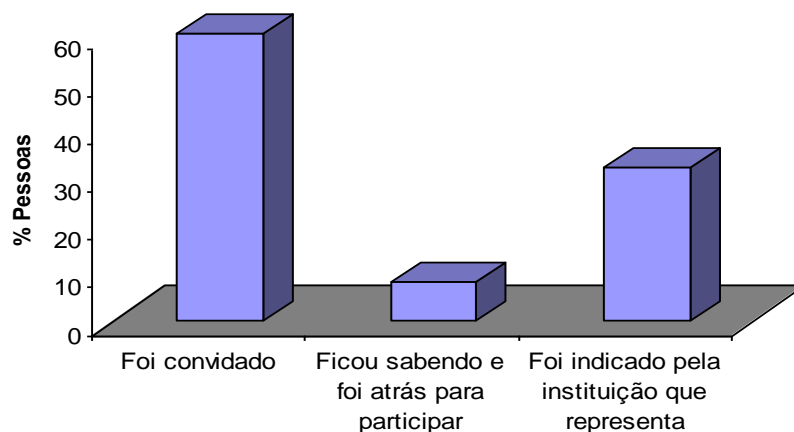


GRÁFICO 2 – MOTIVO QUE LEVOU AS PESSOAS A PARTICIPAREM DO PROCESSO

Com relação aos motivos que levaram as pessoas a participarem, 60% responderam que foram convidadas, 32% foram indicadas pela instituição que representam. Observa-se que a maioria das pessoas foram convidadas ou indicadas. Apenas 8% procuraram participar do processo porque ficaram sabendo e foram atrás para participar.

Das 50 pessoas que responderam o questionário, 82% estão participando do processo desde o início. Entre elas, 92% responderam que acreditam no trabalho em território e 8 % tem dúvida com relação a essa proposta. Os membros do grupo gestor demonstraram otimismo com relação ao trabalho, acreditando que poderá alcançar bons resultados.

4.2.3 Prioridades e resultados esperados

Durante o estudo, verificou-se que foi elaborado um diagnóstico nas comunidades, através de reuniões, utilizando-se de técnicas grupais. Com a

participação dos moradores foram levantadas as potencialidades e desafios de cada comunidade, como pode ser observado na Foto 3.

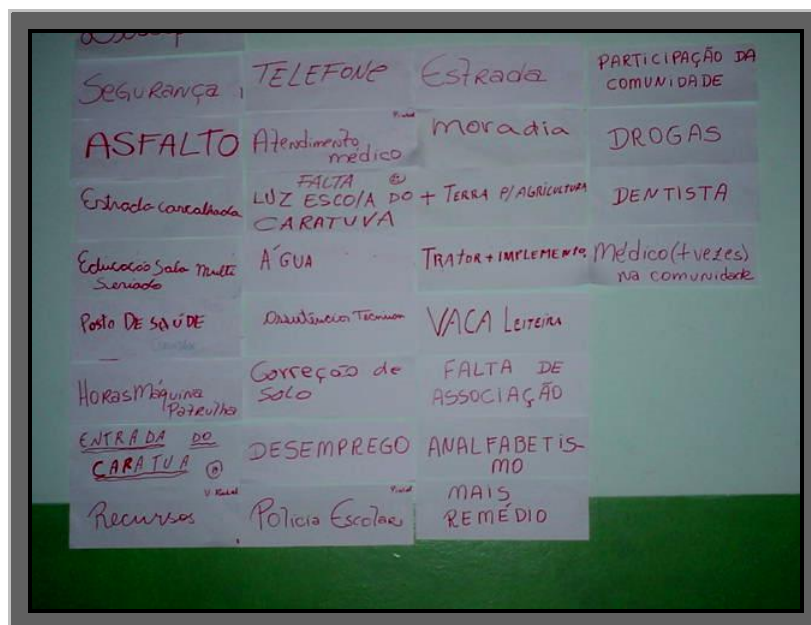


FOTO 3 – DESAFIOS IDENTIFICADOS NA COMUNIDADE DO CARATÚVA – SÃO JERÔNIMO DA SERRA(EMATER, 2003)

A partir das potencialidades e desafios levantados, utilizando-se a técnica do “Painel de Priorização” descrito em anexo, identificaram-se as cinco principais prioridades de cada comunidade.

Utilizando-se da mesma técnica, foram definidas as prioridades de cada município, a partir do conteúdo elaborado nas comunidades, como pode ser visto no Quadro 9.

QUADRO 9 - PRIORIDADES DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO

MUNICÍPIO	PRIORIDADE 1	PRIORIDADE 2	PRIORIDADE 3	PRIORIDADE 4	PRIORIDADE 5
Abatia	Água	Agricultura	Educação	Saúde	Transporte
Congonhinhas	Saúde	Emprego	Estradas	Agricultura	Calcário
Nova Fátima	Agricultura	Educação	Saúde		
Nova Santa Bárbara	Geração de empregos	Água	Solo Fértil	Educação	Estradas
Ribeirão do Pinhal	Agricultura	Saúde	Estradas	Emprego	Segurança
Santa Amélia	Falta de emprego	Recursos naturais	Falta de incentivo aos pequenos	Agricultura	Educação
Santa Cecília do Pavão	Transporte público	Educação	Geração de empregos	Saúde	Agricultura
Santo Antonio do Paraíso	Água	Agroindústria e confecção	Organização	Hortifruticultura	Saúde
São Jerônimo da Serra	Estradas	Água	Agricultura diversificada	Leite	Educação
Sapopema	Bovinocultura de leite	Mais assentamentos	Reflorestamento Agroecologia	Estradas	Matadouro

FONTE: PLANO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2005)

Constatou-se que as prioridades do território que são comuns a todos os municípios foram identificadas utilizando-se a mesma metodologia, como pode ser visto na Foto 4.

TERRITÓRIO					
PRIORIDADES	3	2	1		Nº PONTOS
INVESTI/º	$2 \times 3 = 6$		$1 \times 1 = 1$	$3 \times 7 = 21$	
AGROP. DIVERSIF. 2º	$4 \times 3 = 12$	$3 \times 2 = 6$	$3 \times 1 = 3$	$10 \times 21 = 210$	
SAÚDE 1º	$4 \times 3 = 12$	$7 \times 2 = 14$	$1 \times 1 = 1$	$12 \times 21 = 252$	
Educação 3º	$2 \times 3 = 6$	$2 \times 2 = 4$	$4 \times 1 = 4$	$8 \times 14 = 112$	
Org. Social			$1 \times 1 = 1$	$1 \times 1 = 1$	
Geracão Emp.			$1 \times 1 = 1$	$1 \times 1 = 1$	
Costiada			$1 \times 1 = 1$	$1 \times 1 = 1$	

FOTO 4 – RANKING DE PRIORIDADES DO TERRITÓRIO NORDESTE (2005)

Foram elencadas, para fazer parte do plano de trabalho do território, as três prioridades que obtiveram a maior pontuação no ranking do Painel de priorização, sendo: Saúde, Educação e Agropecuária diversificada.

O território adotou um processo participativo, envolvendo a sociedade civil e os órgãos governamentais numa ação conjunta no seu processo de constituição. Essa idéia é defendida por TORRENS, conforme descrito na Revisão Bibliográfica.

A construção do modelo de desenvolvimento do Território Nordeste, centrado na participação, respeitando-se as necessidades e vocações produtivas locais, vai de encontro com o que cita ZAPATA (2007, p.28) ...”o desenvolvimento territorial endógeno busca construir um modelo de desenvolvimento com mais participação, equidade social e sustentabilidade ambiental, a partir das vocações produtivas locais.”

Durante o processo de elaboração de diagnóstico, foi utilizada a dinâmica de grupo “Raiz da Vida” para que os participantes pudessem expressar os anseios para

suas vidas no futuro, a fim de obter elementos para o planejamento participativo. Através desta dinâmica, foi possível constatar que as pessoas que participaram do processo são em sua maioria descendentes de paulistas, mineiros, nordestinos que vieram para o norte do Paraná há aproximadamente 30 a 40 anos em busca de melhores condições de vida.

Os sonhos da população do território, expressados durante as reuniões nas comunidades e depois sintetizados nos seminários municipais, estão relacionados a seguir: Muita paz para todas as pessoas; Saúde para família; Mais união entre as pessoas; Mais oportunidades para os jovens para que não precisem ir embora em busca de emprego; Melhor atendimento médico; Mais segurança; Igualdade social; Emprego para todos; Comercialização para os produtos; Estradas rurais em boas condições; Escola de qualidade; Próximos governantes não esqueçam do povo; Boa produção; Plano tenha resultados

A dinâmica “Linha do Tempo” também foi utilizada durante as reuniões nas comunidades, com o objetivo de planejar o futuro desejado pelas pessoas. Esta técnica auxilia na análise do passado e presente e na definição do que se quer para o futuro. A síntese do resultado está descrita a seguir: Estradas rurais municipais em boas condições, com trafegabilidade para qualquer tipo de veículo; Acesso a telefone público ou residencial; Boas condições de moradia; Salão comunitário em todas as comunidades; Ruas da cidade, dos distritos e da Vila Rural asfaltadas; Construção de parques de diversão para as crianças em todas as comunidades; Acesso à educação de qualidade, inclusive supletivo, transporte escolar para todos ou escolas mais próximas das comunidades para as crianças; Existência de posto de saúde com médico e dentista de qualidade em todas as comunidades, hospital melhor equipado na sede para que as pessoas não precisem ser levadas para outros municípios para serem atendidas; Opções de emprego para os jovens para que os mesmos não precisem ir embora do município, através do desenvolvimento do ecoturismo, agroindústria e maior incentivo para agricultura; Patrulhas mecanizadas para atender os pequenos produtores; Comercialização garantida para os produtos agrícolas e leite; Existência do Banco do Brasil ou entreposto em todos os municípios do território; Maior conscientização das pessoas com relação à

preservação dos recursos naturais, principalmente a água; Criação de cursos profissionalizantes para os jovens.

Nota-se que os sonhos e os desejos das pessoas, expresso de uma forma simples, vão de encontro aos objetivos a alcançar quando se trabalha uma proposta de desenvolvimento territorial.

4.2.4 Resultados alcançados no território

O estudo mostrou que, apesar do processo de constituição do território ser relativamente recente, pode-se observar uma série de resultados já alcançados pelo território em função do processo de organização e planejamento das ações.

4.2.4.1 Organização para Gestão Social

Pode-se constatar que um dos resultados alcançados pelo território é a organização adotada para gestão do processo. Na Figura 2, pode-se observar o modelo de gestão adotado pelo território.

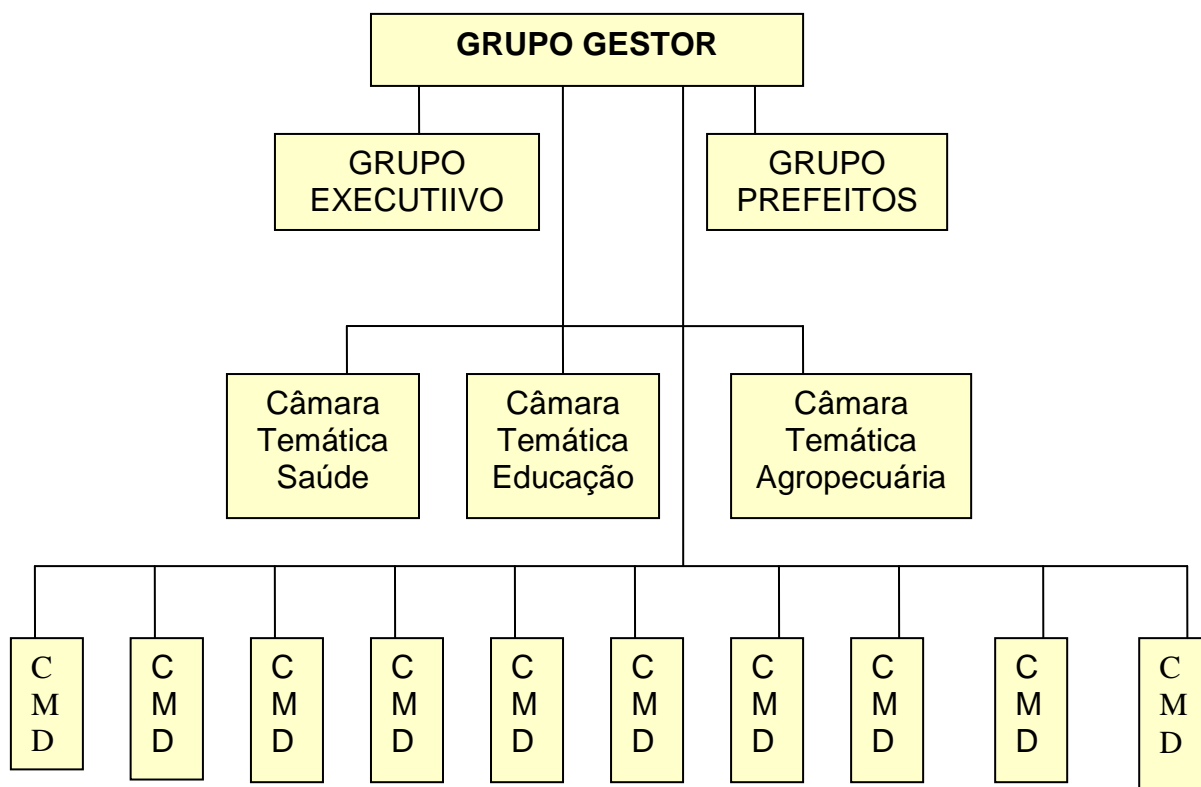


FIGURA 2 – ORGANOGRAMA GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO NORDESTE

Observa-se que o modelo de gestão adotado pelo território é constituído por um grupo gestor, um grupo executivo, grupo de prefeitos, câmaras temáticas e conselhos municipais. O grupo gestor é responsável pelo processo de gestão do território.

O grupo executivo é composto por dez pessoas, sendo um representante de cada município, escolhido dentre os membros do grupo gestor. Tem como função facilitar a operacionalização das ações previstas no planejamento. O grupo dos prefeitos é composto pelo poder executivo dos dez municípios.

As câmaras temáticas do território: Saúde, Educação e Agricultura, têm a função de discutir, definir e elaborar projetos.

Dentro da Câmara temática da agropecuária, foram criadas comissões para discutir assuntos específicos: leite, café, fruticultura e olericultura.

O grupo gestor é composto por 42 membros sendo quatro representantes de cada município. Somam-se ao grupo um representante do grupo dos prefeitos e um representante da EMATER, como apresentado no Quadro 10.

QUADRO 10 – COMPOSIÇÃO DO GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO NORDESTE

MUNICÍPIO	REPRESENTANTE
Ribeirão do Pinhal	Secretaria Municipal de Agricultura
	Secretaria Municipal de Saúde
	Agência de Desenvolvimento
	Liderança de Bairro(produtor rural)
Santo Antonio Paraíso	Associação de Moradores
	Sindicato Trabalhadores Rurais
	Câmara de Vereadores
	Conselho Tutelar
Santa Cecília do Pavão	Secretaria Municipal de Agricultura
	Secretaria Municipal de Saúde
	Sindicato dosTrabalhadores Rurais
	Associação
São Jerônimo da Serra	Secretaria Municipal de Educação
	Sindicato Trabalhadores Rurais
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
	Câmara de Vereadores
Congonhinhas	Secretaria Municipal de Agricultura
	Secretaria Municipal de Planejamento
	Associação de Produtores Rurais
	Associação de Moradores Urbanos
Santa Amélia	Secretaria Municipal de Educação
	Conselho Tutelar
	Pastoral da Criança
	Secretaria Municipal de Agricultura
Sapopema	Sindicato dosTrabalhadores Rurais
	Casa Familiar Rural
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura
Nova Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
	Pastoral da Criança
	Sindicato dosTrabalhadores Rurais
Abatia	Ação Social
	Câmara dos Vereadores
	Representante de Bairro
	Representante do Banco da Terra
Nova Fátima	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Agricultura
	Representante dos Agricultores
	Associação de Bairros

FONTE: PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2005)

Constatou-se que foram definidas algumas premissas básicas no processo de constituição do grupo gestor, como: paridade entre o poder público e sociedade civil, representatividade, gênero e geração. O grupo é composto por 20 representantes do poder público, sendo: sete secretários municipais de Agricultura, quatro secretários municipais de Saúde, quatro secretários municipais de Educação, um representante da Ação Social, três representantes de Câmaras de Vereadores e um representante da Secretaria Municipal de Planejamento. O grupo tem também 20 representantes da sociedade civil, assim distribuídos: dois representantes de Agências de Desenvolvimento, quatro representantes dos produtores rurais, quatro representantes de associações, cinco representantes de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, dois do Conselho Tutelar, um representante de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, dois representantes da Pastoral da Criança e um da Casa Familiar Rural.

Através da tabulação dos questionários aplicados junto ao grupo gestor, foi possível averiguar suas opiniões sobre a participação dos membros do grupo gestor e dos demais envolvidos nos municípios.

No Gráfico 3, pode-se observar que 54% das pessoas pesquisadas consideram como médio o nível de participação dos membros do grupo gestor.

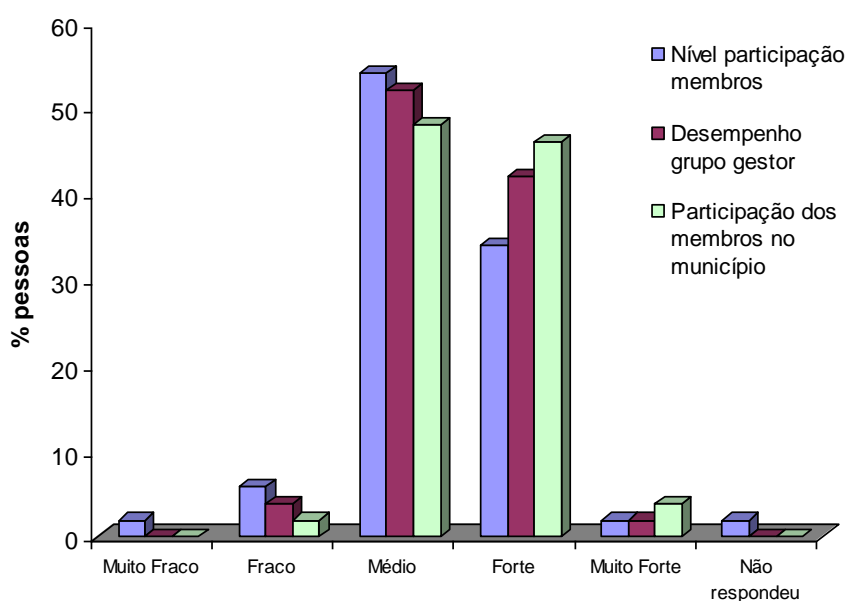


GRÁFICO 3 – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO, DESEMPENHO DO GRUPO GESTOR E PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO GESTOR NOS MUNICÍPIOS

Observa-se que os membros do grupo gestor não têm ainda total conhecimento dos objetivos da proposta de desenvolvimento territorial.

Desta forma, os resultados indicam que há necessidade de capacitação dos membros do grupo gestor para que ocorra um nivelamento dos conhecimentos e informações.

Com relação ao desempenho do grupo gestor, em nível territorial, 52% das pessoas considera-no como médio.

Através das respostas dos questionários foi possível constatar que 48% das pessoas classificam o desempenho dos membros do grupo gestor nos municípios como médio. Esse desempenho refere-se à participação nos conselhos municipais, levando as informações que são discutidas no grupo para as demais pessoas do município.

Constatou-se que o território adotou também como forma de organização a formalização de um Consórcio Intermunicipal envolvendo os dez municípios, denominado de CODENOP - Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Território Nordeste do Estado do Paraná.

Conforme Estatuto, o consórcio é uma forma jurídica de Associação Pública, sem fins econômicos lucrativos e de direito público. Entre as finalidades do consórcio, destaca-se o planejamento, adoção e execução de programas e medidas a promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico do território. No entanto observou-se que, apesar da formalização do consórcio, o seu funcionamento ainda depende de maior empenho por parte de alguns prefeitos.

O grupo gestor do território é um mecanismo que estimula a participação paritária, ou seja, da sociedade civil e poder público nas tomadas de decisões no território. Essa proposta é defendida pelo MDA/SDT, conforme já descrito anteriormente.

Por meio da atuação do grupo gestor e das câmaras temáticas, vem estabelecendo-se um sentimento de confiança entre as pessoas no território e com isso o fortalecimento do capital social, o que vem confirmar as idéias de ABRAMOVAY, descritas na revisão bibliográfica.

4.2.4.2 Projetos e parcerias

Constatou-se que foram criadas câmaras temáticas para cada prioridade definida para o território. As câmaras temáticas têm promovido discussões sobre projetos que podem contribuir para o desenvolvimento territorial.

Dentro da Câmara Temática da Agropecuária, a Comissão do Leite estabeleceu parceria com vários segmentos da cadeia produtiva: CONFEPAR, FAEP, FFALM, IAPAR, EMATER e Colégio Agrícola de Santa Mariana. Cinco municípios do território priorizaram esta atividade citada: Sapopema, São Jerônimo da Serra, Congonhinhas, Ribeirão do Pinhal e Abatiá. São os municípios que vêm discutindo a proposta para o desenvolvimento da bovinocultura leiteira no território.

Dentre as ações já desenvolvidas pela Comissão do Leite está a implantação de viveiros para multiplicação de mudas de cana nos cinco municípios, identificação de 15 propriedades para acompanhamento e apoio da rede de referência¹⁰.

A Comissão do café também tem discutido uma das linhas prioritárias definidas por esse grupo que é a organização dos produtores. Está em fase de discussão a criação de uma cooperativa no território.

De acordo com as prioridades definidas pelo território foram encaminhados e estão aguardando posição das fontes apoiadoras os seguintes projetos:

- Sustentabilidade econômica, social e ambiental das propriedades rurais através da calagem, que visa ao apoio financeiro para aquisição de 30.000 toneladas de calcário e instalação de quatro terminais de calcário no território;
- Melhoria das estradas rurais: Patrulha Rodoviária – Apoio para aquisição de uma Patrulha rodoviária;
- Adequação de Estradas Rurais – Apoio financeiro para adequação de 300 km de estradas rurais;
- Sustentabilidade econômica, social e ambiental das propriedades rurais através da diversificação com uva rústica e laranja para indústria – O projeto visa à implantação de 500 ha de laranja e 50 ha de uva rústica.

¹⁰ Rede de referência constitui-se em uma metodologia de pesquisa adaptativa e difusão de tecnologias apoiada em redes de propriedades analisadas e acompanhadas com o enfoque sistêmico, que após sofrerem intervenções para melhoria das mesmas são utilizadas para o fornecimento de referências técnicas e econômicas. (<http://www.iapar.br/redreferencia/refernova.html>)

Destaca-se, no território, a existência de dois projetos implantados com recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - dentro do enfoque de desenvolvimento territorial. Os projetos estão em pleno funcionamento, sendo uma máquina ambulante para beneficiar café e uma máquina para classificar tomate. Os projetos estão localizados no município de São Jerônimo da Serra e atendem quatro municípios do território.

Está em fase de implantação um projeto de Viveiro de produção de mudas de eucalipto com capacidade para produzir 800.000 mudas/ano, que atenderá os dez municípios. O projeto tem como objetivo a introdução de alternativas de renda para pequenas propriedades da agricultura familiar, visando ao aproveitamento de áreas marginais e ociosas dentro da propriedade.

Evidencia-se um fator importante para o desenvolvimento territorial que é a busca de parcerias junto à iniciativa privada em projetos estratégicos como: parceria com a Indústria Fujimura do Brasil no desenvolvimento da Sericicultura, com a Cooperativa Agroindustrial – COROL - na implantação de Laranja e Uva rústica para suco e parcerias com agentes financeiros na liberação de recursos para investimentos.

4.2.4.3 Consolidação do Território pelo CEDRAF

Destaca-se a consolidação do Território Nordeste junto ao CEDRAF - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - como uma grande conquista do território.

Observou-se uma grande mobilização dos prefeitos e do grupo gestor em prol desta conquista. O território organizou uma comitiva composta por nove prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e representantes do grupo gestor que participou da reunião do CEDRAF, em Curitiba, no mês de abril de 2007.

A participação do poder executivo contribuiu de forma significativa para a consolidação do território pelo CEDRAF. Os prefeitos atuaram como articuladores no processo. De acordo com as idéias de TENÓRIO (2004, P. 2), o poder público deve articular e facilitar as ações.

A consolidação do território pelo conselho é importante dentro do enfoque de desenvolvimento territorial e vai de encontro à estratégia adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

4.2.5 Entraves do processo e sugestões para melhorar os trabalhos

Na visão de 18% das pessoas entrevistadas, do grupo gestor e técnicos, há falta de empenho e interesse de alguns prefeitos nos trabalhos desenvolvidos no território.

Tratando-se de uma proposta nova, de um modo geral os prefeitos não estão habituados a discutir as necessidades no âmbito que vai além do seu próprio município. É preciso continuar incentivando para que as questões que são comuns aos municípios sejam tratadas em conjunto.

A pesquisa identificou também que existe representatividade no grupo gestor, mas necessita melhorar o comprometimento das instituições que fazem parte. A rotatividade entre os membros do grupo gestor prejudica os objetivos do trabalho, em função da descontinuidade das ações.

As Câmaras Temáticas da Saúde e Educação não desenvolveram nenhum projeto até o momento da pesquisa. Constatou-se que é necessário elaborar novas estratégias para o desenvolvimento de ações nessas áreas

São necessárias também novas estratégias para fortalecer a participação e o comprometimento dos prefeitos, bem como ampliar a representatividade do grupo gestor, ou seja, incluir representantes do setor urbano, comércio, cooperativas, instituições financeiras, universidades, igrejas e setores de segurança, meio ambiente, esporte e lazer.

Divulgar os trabalhos e resultados do território, bem como ampliar as formas de comunicação entre os membros do grupo gestor constituem-se importantes instrumentos motivacionais que poderão dinamizar os projetos de desenvolvimento territorial. Torna-se necessário implementar e organizar as ações em nível de municípios, principalmente através do fortalecimento dos conselhos municipais.

5 CONCLUSÕES

Analisando-se os dados obtidos na presente pesquisa, pôde-se chegar às seguintes conclusões:

- A metodologia utilizada proporcionou o envolvimento e a participação das pessoas na discussão sobre o desenvolvimento do Território Nordeste;
- A metodologia da INPA – Intervenção Participativa dos Atores - criou oportunidades para que as pessoas pudessem discutir e dar suas opiniões sobre as propostas de desenvolvimento do território;
- A constituição do Território Nordeste ocorreu com base na participação e envolvimento das pessoas;
- A estratégia de ação utilizada foi flexível e dinâmica durante todo o processo, permitindo rever as ações e sua forma de execução;
- O território apresenta um capital humano e social pouco desenvolvido. É necessário maior investimento na formação e fortalecimento dos mesmos;
- As prioridades do território foram identificadas a partir das necessidades e anseios das pessoas que vivem no mesmo;
- Numa proposta de desenvolvimento é importante que se tenha uma instituição mobilizadora e articuladora do processo;
- O nível de participação das pessoas no processo de constituição do território foi considerado como forte por 48% dos entrevistados;
- Entre as pessoas entrevistadas, 60% estão participando do processo porque foram convidadas e 92% acreditam na proposta de desenvolvimento territorial;

- O modelo de gestão adotado pelo território permite igualdade de direitos à sociedade civil e poder público na tomada de decisões;
- Todos os municípios têm a mesma representatividade e direitos no processo de gestão do território;
- Os prefeitos ainda não estão habituados a discutirem propostas no âmbito territorial. É necessário maior envolvimento e estímulo para que passem a pensar nas soluções dos problemas comuns de forma conjunta;
- A câmara temática da agropecuária tem se sobressaído com relação à discussão e elaboração de projetos a nível territorial. Para que ocorra o desenvolvimento em todas as dimensões, torna-se necessário ampliar as discussões e projetos de modo a atingir as demais áreas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. São Paulo, v.4, n. 2, 15 p. 2000. Disponível em:<www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/0_capital_social.pdf> Acesso em 23 de jan. 2007.

ARNS,P.C. et al. **Desenvolvimento institucional e articulação de parcerias para o desenvolvimento local**. Recife:PNUD/BNDES-Projeto desenvolvimento local. Disponível em: [http:// www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br) > Acesso em 24 marc. 2007.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD/IPEA/ Fundação João Pinheiro, 2000.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999. 89 p. (Texto para Discussão nº 630). Disponível em: < http://www.furb.br/wilhelm/COMPETIV/Desenv_Regional.pdf > Acesso em 16 jan. 2007.

BIOLCHI, M.A. et al. **Os conselhos municipais de desenvolvimento rural no Paraná**. Curitiba: DESER, 2003. p.13-20.(Boletim DESER, 133).

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: Haddad, PR(ORG). **Economia Regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989, p.589-694.

BUARQUE, S. C. Ciência tecnologia e desenvolvimento regional. In: **Cadernos de Ciências Sociais**. Recife, v.2, n. 2, 1986.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p.46.

DORETTO, M. et al. **Mapeamento da pobreza no Paraná: situação segundo municípios e associações de município do Paraná**. Londrina: IAPAR, 2003. 45 p.

DUNCAN M, A. G. Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, IICA/NEAD. Disponível em:< <http://nead.gov.br/mapeamento/desenvolvimento.doc,2003>> Acesso em 16 jan. 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: EMBRAPA, 1999. 412p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FURTADO, R.; FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores – INPA**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: IICA, 2000. 180 p.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo; v.35, p.20-29, maio/jun, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 20 mar.2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARANÁ – IPARDES. **Diagnóstico social e econômico**: sumário executivo. Curitiba: IPARDES, 2003a. 29 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARANÁ – IPARDES. **Índice de desenvolvimento humano municipal – IDH – 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2003b. 43 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARANÁ – IPARDES. **Cadernos municipais**. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em:< <http://www.ipardes.gov.br>> Acesso em 20 mar.2007.

JIANOTI, L. B. **Capital social**: potencializando a equação do desenvolvimento. Curitiba, 2004. cap 2 e 3. (Monografia, UFPR)

MAIA, D.M. et. al. **Gestão Social**. EMATER-MG, 2005(Projeto Inovar). Disponível em:< www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/gestao%20social.pdf> Acesso em 20 mai. 2007.

MENEGOSSO, M. E.; SALM, J.F.; JEIDEMAMN, F.G. **Relatório diagnóstico do capital social**. Florianópolis: Convênio BRA/03/008/PNUD/SPE/UDES/ESAG, 2006. (Projeto meu lugar).

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - MDA/SDT. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005a. 28 p. (Documentos Institucionais; 2).

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, 2005b. 29 p. (Documentos institucionais, 1)

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - MDA/SDT. **Plano de desenvolvimento rural sustentável**: guia para o planejamento. Brasília: SDT/MDA, 2005c. 62 p. (Documento de apoio, 2)

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - MDA/SDT. **Referências para a gestão social de territórios rurais.** Brasília: SDT/MDA, 2006d. 31p. (Documentos Institucionais, 3.)

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - MDA/SDT. **Referências para a gestão social dos territórios rurais:** guia para a organização social. Brasília: SDT/MDA, 2006e. 56 p. (Documentos de apoio, 3.)

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CONSELHO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - MDA/CONDRAF. **Relatório síntese dos painéis e debates.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Brasília, 2005. 23 p.

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Documento conceitual: áreas de resultados,** Brasília: MDA/SDT, 2005. 28 p.

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/SDT. **Territórios apoiados.** Disponível em: < http://serv-sdt-1.mda.gov.br/temp/TRs_outubro_2006.pdf> Acesso em 12 març. 2007.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL - NEAD. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: NEAD, 2003. 35 p.(Textos para Discussão, 4)

NUNES, P.S. **Democracia e clientelismo nos pequenos municípios brasileiros.** Curitiba: DESER, 2003. p.21-24 (Boletim DESER, 133)

OLIVEIRA, M.S. **Orientações metodológicas para monografias de latu sensu.** UFLA, 2006. 21 p.

OSÓRIO, C.H. ; PINZÓN, R. **Gestão ambiental para o desenvolvimento local.** Recife:PNUD/BNDES-Projeto desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>> acesso em 24 març. 2007.

PERICO, E. ; RIBERO, M.P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável:** visão do território na América Latina e no Caribe. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005. 196 p.

PNUD. **IDH do Brasil melhora, mas país cai no ranking.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2006/rdh2006_IDH.pdf> Acesso em 12 març.2007.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993/1996.

RIBAS, A. D. ; SPOSITO, E. S. ; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento diferentes abordagens.** 3ª ed. Francisco Beltrão-PR: Unioeste, 2004. 175 p.

RODRIGUEZ, M.P. **Gestão social do território:** experiências no Estado do Maranhão. IICA, 2005. 179 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, V.03)

ROLIM, C. Reestruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de economia regional e urbana. In: CONGRESSO DA APDR, ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1998. Coimbra: Universidade Federal do Paraná, 1998.

ROLIM, C. **As bases do desenvolvimento regional.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. (Texto 3 , Material elaborado para o Curso de Desenvolvimento Regional)

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2000, 409 p.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento Sustentável Microrregional:** métodos para planejamento local. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005. 296 p.

SOUZA, J.R.F disponível em: <www.nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg> Acesso em 11 de junho 2007.

TENÓRIO, F. G. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PUBLICAS, 9, 2004, Madrid, España. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049807.pdf>> Acesso em 10 jan.2007.

TORRENS, J.C. **Desenvolvimento territorial e gestão social.** Curitiba: DESER, 2006a. p. 32-37. (Boletim do Deser, 153)

TORRENS, J.C. **O desenvolvimento sustentável e as organizações da sociedade civil.** Curitiba: DESER, 2006b. p.35-36. (Boletim do Deser, 151)

VERDE, V.V. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento.** Curitiba: IPARDES, 2004. 35 p.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento territorial à distância.** Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007. 153p.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: UNB, 1972. vol I.

ANEXOS

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Pesquisa : ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO
NORDESTE DO ESTADO DO PARANÁ**

- 1- Você participou do processo de constituição do território nordeste desde o início?
() Sim () Não
- 2- Como você classifica a participação das pessoas no processo de constituição do Território Nordeste?
() Muito Fraco () Fraco () Médio () Forte () Muito Forte
- 3- Que motivo levou você a participar do processo?
() Foi convidado () Ficou sabendo e foi atrás para participar
() Foi indicado pela instituição que representa
- 4- Você acredita no trabalho do Território?
() Sim () Não () Tenho dúvida
- 5- Como você avalia a sua participação no Grupo Gestor do Território Nordeste?
() Muito Fraco () Fraco () Médio () Forte () Muito Forte
- 6 – Como é a sua participação no seu município? (você participa de conselhos; Você tem levado para as pessoas do município as informações que são discutidas no grupo gestor?)
() Muito Fraca () Fraca () Média () Forte () Muito Forte
- 7- Como você avalia o desempenho do Grupo Gestor do Território Nordeste?
() Muito Fraco () Fraco () Médio () Forte () Muito Forte

8 – Considerando que a organização do Território Nordeste se iniciou há mais 2 de anos, você acha que os resultados conseguidos até o momento são satisfatórios?

() Sim () Não

9 – Na sua opinião, que instituições ou pessoas deveriam estar envolvidas no processo e não estão?

10 – Você tem alguma sugestão para contribuir com a melhoria dos trabalhos do território Nordeste?

11- O que você espera de resultados para o Território Nordeste?

ANEXO 2

Oração de São Francisco (Joana)

Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz
Onde houver ódio que eu leve o amor
Onde houver ofensa que eu leve o perdão
Onde houver discórdia que eu leve a união
Onde houver dúvida que eu leve a fé
Onde houver erro que eu leve a verdade
Onde houver desespero que eu leve a esperança
Onde houver tristeza que eu leve alegria
Onde houver trevas que eu leve a luz
Oh! Mestre, fazei com que eu procure mais:
Consolar que ser consolado
Compreender que ser compreendido
Amar que ser amado
Pois é dando que se recebe
É perdoando que se é perdoado
E é morrendo que se vive para a vida eterna.

ANEXO 3

Dinâmica “Raiz da vida” ou “Pau da vida”(FURTADO e FURTADO,2000. p.75-76)

Objetivo

É utilizada sempre numa primeira reunião, para fazer a apresentação e a socialização dos participantes, até mesmo dos técnicos, como uma forma de descontrair, desinibir as pessoas, desencadear a auto-estima, a partir da valorização da sua história.

Processo

- 1) arranca-se uma planta do mato (ou um pedaço de pau) e explica-se que ela será passada de mão em mão e que com ela se fala de nossa vida. Por isso ela é chamada de “raiz (ou pau) da vida”;
- 2) a pessoa que a receber deverá se apresentar, dizendo o nome, a razão daquele nome, o apelido e qual a sua origem; possibilita que cada um conte um pouco da sua história.

Observações da prática

Tem-se considerado bastante positivo o fato dessa dinâmica destacar a individualidade dos participantes, porque muitas vezes eles não se conhecem bem entre si.

ANEXO 4

Dinâmica “Quebra – cabeça” (FURTADO e FURTADO,2000. p.83-84)

Objetivo

Trabalhar a idéia de uma elaboração planejada auto-sustentável do plano de ação do assentamento, da comunidade ou do município, de forma participativa e incentivar para a atitude de cooperação.

Processo

- 1) entrega-se a cada participante da reunião um ou alguns pedaços de um quebra-cabeça;
- 2) pergunta-se o significado de um pedaço isolado, e espera-se a explicação de que seria preciso unir os pedaços, para que tivesse sentido;
- 3) por meio de perguntas, convida-se todos, ao meio da sala, para montar a figura;
- 4) monta-se a figura, que representa um assentamento produzindo, ou uma comunidade em reunião, pessoas trabalhando em algo comum. Escolhe-se uma que tenha relação com o grupo com o qual se está trabalhando.

Observações da prática

Sua utilização tem mostrado a riqueza dos comentários dos participantes: “sem ter calma não teriam visto aquele desenho tão bonito”; “no começo não via nada se ligar, mas depois, com calma, conseguimos”; “cada reunião montamos o assentamento”; “só nós todos juntos é que vamos conseguir”. Daí, o técnico aproveita para explorar a importância da cooperação, fazê-los pensar sobre ela e incentivar para o trabalho coletivo. É importante que o técnico fique atento aos comentários e às atitudes dos participantes para compreender a teia de relações existentes entre eles. Percebe-se, por exemplo, como é vista a participação das mulheres, dos jovens e idosos, revelam-se as lideranças autoritárias, etc. Habilmente, essas questões podem ser exploradas, levando-os a refletir.

ANEXO 5

Dinâmica “Linha do tempo” (FURTADO e FURTADO, 2000. p.97-98)

Objetivo

Fazer perguntas sobre o passado, presente e futuro desejados de uma comunidade ou município. Fazer uma análise comparativa da realidade.

Processo:

Pedir aos participantes para fazer em um desenho como era o passado, como está agora, e como gostaria que fosse.

Observações da prática

Pede-se aos participantes para fazerem uma apresentação do desenho, começando pelo passado e analisando o presente. O técnico ajuda os participantes fazendo perguntas, ou apontando dados oficiais tipo, IDH, população pobre, produção agrícola, problemas ambientais, etc. comparando e questionando o porquê.

Deixa o futuro por último – explorando qual é a situação desejada pela população.

ANEXO 6

“Dinâmica das Caretinhas”, “Painel de Priorização”

Objetivo

Análise da realidade, priorizar os desafios e potencialidades da comunidade ou município.

Processo

- Dividir o grupo em pequenos subgrupos;
- Para cada subgrupo entregar pedaços de papel(tarjetas) e caneta;
- Os grupos devem anotar nos pedaços de papel os desafios e potencialidades que existem na comunidade ou município;
- Reunir todos os subgrupos e cada um irá apresentar as coisas boas e os desafios. Os pedaços de papel com as anotações devem ser colocados na parede, assim todos podem ver, para depois escolher as principais;
- Após a apresentação, os subgrupos devem se reunir novamente para escolher 3 potencialidades e 3 desafios. Para isso deve-se entregar mais pedaços de papel;
- Depois da escolha, os subgrupos devem dar nota de 1 a 3, levando em consideração as caretinhas que são colocadas na parede.
- Após escolher e dar as notas, cada subgrupo deve colar o pedaço de papel com o item escolhido/nota, embaixo da caretinha respectiva;
- Providenciar 1 cartaz.

Potencialidade



3 Forte



2 Médio



1 Fraco

Desafios



3 Forte



2 Médio



1 Fraco

Potencialidades/ Desafios	Peso			Total Pontos
	3	2	1	
p. ex. Estradas rurais	$2 \times 3=6$	$5 \times 2=10$	$1 \times 1=1$	$8 \times 17 = 136$

Observações:

- Frequência – número de grupos que escolheram o mesmo item;
- Intensidade – significa a multiplicação da frequência pelo peso/nota
- Total de pontos – é obtido através da multiplicação da somatória da frequência pela somatória intensidade;
- Depois, escolhem-se as 5 potencialidades/ desafios com maior pontuação como prioridades.

ANEXO 7

Dinâmica “Saco d’água” (FURTADO e FURTADO,2000. p.104-105)

Objetivo

Fazer as pessoas perceberem que não têm sobre seu controle o resultado dos benefícios ou prejuízos do seu trabalho, a partir dos investimentos ocorridos no município ou na comunidade.

Processo

- 1) mostra-se aos presentes um saco de plástico transparente (sem nenhum furo), dizendo que aquele saco representa o assentamento, ou a comunidade;
- 2) mostra-se um balde com água, dizendo que esta representa tudo o que entrou de recurso no assentamento ou comunidade. Com a ajuda de outra pessoa, derrama-se lentamente aquela água dentro do saco, pedindo a eles que, à medida que a água esteja sendo transferida, falem de todas as coisas que entraram no assentamento ou comunidade. Por exemplo: trator, caminhão, vacas, equipamento de irrigação, etc.
- 3) pergunta-se: o que faz com que aquilo que entrou tenha serventia, seja usado?
- 4) estimula-se que pensem, até que cheguem à conclusão de que há um componente importante: o trabalho;
- 5) derrama-se um pouco de tinta vermelha (ou outra cor escura) no saco d’água, dizendo que aquilo representa o trabalho. Para reforçar, chama-se a atenção do efeito que aquela tinta faz na água, ou seja, o trabalho transformando tudo;
- 6) com o saco cheio d’água vermelha, iniciam-se questionamentos sobre os ganhos ou as perdas ocorridas a partir dos investimentos realizados. Por

exemplo: as vacas estão dando a quantidade de leite esperada? O caminhão está dando retorno? O trator está ficando muito tempo parado?, etc.;

- 7) à medida que as respostas caracterizarem perdas, solicita-se a um dos presentes que se aproxime e, com uma agulha, faça um pequeno furo no saco. Esse ato vai provocar, obviamente, o derramamento do líquido. Isso deverá ser repetido várias vezes, devendo ser interrompido, quando já muito líquido houver sido derramado;
- 8) faz-se a seguinte interrogação: o que representa esse líquido derramado? Exploram-se as respostas no sentido de reconhecerem que sofrem muitos prejuízos, os quais poderiam ser controlados e, principalmente, que eles ocorreram por força da pouca ou nenhuma participação na decisão de obter os financiamentos.

ANEXO 8

Dinâmica “Árvore do desenvolvimento”

Objetivo

Refletir sobre o processo de Desenvolvimento Rural Sustentável e suas dimensões, de forma interativa com os participantes, comparando com uma árvore.

Processo

- 1- Desenhar uma árvore, com auxílio do grupo, fazendo os seguintes questionamentos:
 - a) Quais os componentes de uma árvore (Raiz, Tronco, Galhos e Frutos)
 - b) Qual a função das raízes(Essência da árvore)
 - c) Qual a função do tronco(Sustentação – Condução da seiva)
 - d) Qual a função da galhada(Frutificação)
 - e) Frutos(Produto)

- 2- Comparar com o Município, Estado, Comunidade
 - a) As raízes são as pessoas.
 - b) O tronco são as organizações sociais(associações, partidos políticos, cooperativas, grupos organizados, etc..).
 - c) A galhada são os projetos ou políticas para a sociedade.
 - d) Os frutos são as ações práticas para as pessoas.

- 3- Colocar as dimensões do desenvolvimento (Econômico, Social, Ambiental).
 - a) Desenhar na galhada da árvore três círculos, em forma de pirâmide, de forma que haja uma ligação entre os círculos;
 - b) Escrever: no círculo 1 – Econômico; no círculo 2 – Ambiental; no círculo 3 – Social;
 - c) Discutir, com base nas ações priorizadas para o município, em qual dimensão elas se enquadram e qual relação que mantêm com as outras dimensões.

4- Discutir o que é Desenvolvimento Rural Sustentável

Ampliar as possibilidades de escolha das pessoas – Disponibilizar acesso e oportunidades em todas as dimensões das necessidades.

ANEXO 9

Música “ Águia Pequena” (Padre Zezinho)

Tu me fizeste uma das tuas criaturas
Com ânsia de amar
Águia pequena que nasceu para as alturas
Com ânsia de voar
E eu percebi que as minhas penas já cresceram
E que eu preciso abrir as asas e tentar.
Se eu não tentar não saberei como se voa.

Pequenas águias correm riscos quando voam
Mas devem arriscar.
Só que é preciso olhar os pais como eles voam
E aperfeiçoar.
Haja mau tempo, haja correntes traiçoeiras
Se já têm asas seu destino é voar.
Tem que sair e regressar ao mesmo ninho
E outro dia, outra vez recomeçar.

Tu me fizeste amar o risco das alturas
Com ânsia de chegar.
E embora eu seja como as outras criaturas
Não sei me rebaixar.
Não vou brincar de não ter sonhos se eu os tenho
Sou da montanha e na montanha eu vou ficar.
Igual meus pais vou construir também meu ninho
Mas não sou águia se lá em cima eu não morar.

Tem uma prece que eu repito suplicante,
Por mim, por meu irmão.

Dá-me esta graça de viver a todo instante a minha vocação.

Eu quero amar um outro alguém do jeito certo

Não vou trair meus ideais pra ser feliz

Não vou descer nem jogar fora o meu projeto

Vou ser quem sou e sendo assim serei feliz.